

A força do PT nas cidades operárias

É nas cidades de forte composição operária, criadas e desenvolvidas em torno às grandes fábricas, que a campanha do PT ganha um colorido naturalmente classista. É nelas também onde o partido aparece com mais força. EM TEMPO flagra o pique da campanha no ABC e no Vale do Aço, uma das regiões de maior concentração fabril do país (págs. 4 e 5).

América Latina A crise das ditaduras e o movimento operário

Na Bolívia, os trabalhadores, através de uma greve geral, derrubam o governo militar. A direção do movimento hesita ainda em prolongar a ofensiva e negocia com a burguesia. No Chile e na Argentina, a crise é seguida de fortes traços de reanimação do operariado (págs. 8 e 9).



34.
Congresso
da UNE



O Congresso da virada

Todos os erros e traições cometidas pela atual diretoria da UNE vão ser cobrados agora no 34.º Congresso da UNE. O bloco da oposição, após se fortalecer em uma série de estados do país e de alcançar a maioria no último CONEB, se esforça por alcançar a direção da entidade. (pág. 16).

Central Única O documento dos autênticos

Reproduzimos o documento de denúncia dos que saíram da reunião de Brasília.

Cenas de horror Novo massacre no Líbano

Ficarão nas páginas mais negras da história, os crimes de Israel (pág. 10)

Dívida externa A hora da verdade chegou

As exportações caem, o crédito fica mais difícil e o Brasil chega no impasse (págs. 2 e 3)

Revolução Tomada do poder

Continuando a série "O movimento operário, o poder e o Parlamento." (pág. 7)

A economia brasileira no banco dos réus

Há razões fortes para crer que a relação do Brasil com os seus credores internacionais caminha para o ponto crítico.

Há pelo menos cinco razões, todas elas ligadas direta ou indiretamente à recessão da economia mundial, a confirmar que as relações do Brasil com os seus credores internacionais caminham rapidamente para o ponto crítico.

A primeira delas se refere ao desempenho das exportações brasileiras, que vem esbarrando há algum tempo em obstáculos fortes dificilmente alteráveis no próximo período. A redução de mercados seja pela recessão, seja pelo protecionismo dos países desenvolvidos soma-se à vertiginosa queda dos preços dos produtos primários. O fato é que o esperado superavit comercial de 3 bilhões de dólares esperado pelo governo para este ano provavelmente será de apenas 500 milhões, alargando a necessidade da caça às divisas para tampar o rombo na conta de serviços estimado em 3,8 bilhões.

Refletindo o agravamento da crise e a generalização de pedidos de renegociação após o caso mexicano, o Brasil encontra cada vez mais dificuldades para obter os 5 bilhões de dólares que necessita junto aos grandes bancos. Existe, de fato uma tendência ao decréscimo dos empréstimos dos bancos internacionais verificada desde o final de 1980. Sabe-se ainda que empresas estatais como a Eletrobrás e a Vale do Rio Doce não têm conseguido os empréstimos requeridos e que o "spread", taxa de risco, cobrado ao Brasil, já é o mais caro do mundo (2,125%).

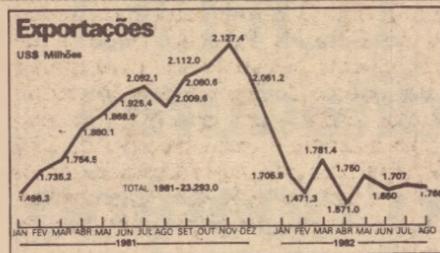
A contenção das exportações e a retração dos empréstimos internacionais são os dois principais fatores que empurram o Brasil para o ponto crítico. Mas há outros a tornar mais densas e negras as nuvens que pairam sobre a economia brasileira.

Corrida contra o tempo

Haveria possibilidade de um alívio substancial se as taxas de juros nos EUA sofressem uma queda significativa. Isso, no entanto, é muito improvável já que a dívida pública interna americana é bastante elevada (155 bilhões de dólares de acordo com o congresso americano).

Por outro lado, frágil situação das reservas internacionais do país (estimada pelo governo em 6,5 bilhões de dólares mas, na verdade, menor) ficou demonstrada na atitude recente do governo, lançando mão de 300 milhões de dólares do FMI para fazer frente a compromissos mais urgentes.

Por fim, o perfil de vencimento da dívida do Brasil contraída aos grandes bancos não é de molde a prever folgas. Até o final do ano, vencem 35% do total da dívida privada contraída e de hoje até lá os dias serão contados avidamente pelo governo. A situação hoje pode ser definida da seguinte forma: empurrar com a barriga o arrocho financeiro até o cumprimento do período eleitoral para depois colocar todas as cartas na mesa.



A dura lei dos bancos

É com os grandes trustes financeiros, um dos mais poderosos e influentes bastiões do capitalismo internacional, com quem o Brasil deve se confrontar neste momento crítico.

Uma das grandes novidades da atual crise capitalista reside no fato do capital financeiro privado aparecer como o principal fornecedor de empréstimos em detrimento das instituições oficiais e públicas. O florescimento de mercados privados financeiros a nível internacional ocorreu em certa medida antes da primeira Guerra Mundial e durante os anos 20, viu-se praticamente estagnado nas décadas de 30 e 40, experimentou um tímido desabrochar na década dos 50 e só veio a se expandir de maneira significativa a partir de meados dos anos sessenta e da década de 70.

No que diz respeito à América Latina, por exemplo, tal realidade é chocante. Se em 1961-65, dois terços do ingresso de recursos externos de longo prazo eram devidos a fundos públicos, nos anos 1977-78 tal ingresso era reduzido a 1/11 avos (fonte: Inter-American Development Bank). O fluxo dos empréstimos de bancos privados suplantou inclusive os investimentos diretos de capital na América Latina, sendo para os anos 1977-78 três vezes superior a este.

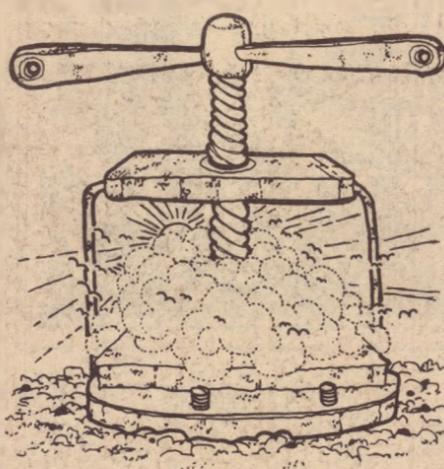
Esta nova realidade tem muitas consequências importantes. A primeira delas, de efeitos duradouros e globais, manifesta o desmoronamento do sistema monetário internacional ancorado no dólar e administrado pelo FMI e a criação de um imenso circuito privado de

capital, internacionalizado e com autonomia frente aos Estados nacionais. O poder deste circuito privado, que movimenta hoje cerca de dois trilhões de dólares e que se apoia na transnacionalização do capital bancário, está na base do fracasso e da impotência da recente reunião de Toronto do FMI, em propor medidas eficazes de intervenção na crise.

A segunda, de enorme atualidade para a situação brasileira, é que a questão da dívida externa do país é basicamente uma relação com os grandes bancos mundiais privados. De acordo com um exame da estrutura dos empréstimos brasileiros para o ano de 1979, apenas 20% da dívida provinha de empréstimos oficiais ou créditos de fornecedores. Isto é, apenas uma parte secundária da dívida pode se beneficiar de condições mais favoráveis de reescalonamento oferecidas pelos organismos oficiais em situações críticas. E, além disso, o crédito total disponível do FMI representa apenas cerca de 10% das necessidades financeiras do país.

O poder dos bancos

Estima-se que vinte bancos foram responsáveis durante os anos de 1976 e 1977 por 2/3 dos repasses de financiamentos, provendo eles próprios um terço do dinheiro emprestado. O



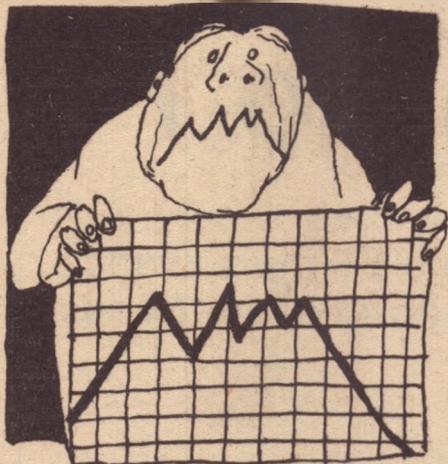
que evidencia o elevado grau de concentração do sistema bancário internacional.

Em geral, os créditos providos pelos bancos são de médio prazo, algo em torno a sete anos. Os juros são flutuantes, reajustados a cada seis meses e regulados pela taxa interbancária londrina (libor). Os tomadores de empréstimos se comprometem também a pagar uma taxa

fixa, "o spread", estipulado com algum grau de incerteza diante dos riscos em jogo avaliados e, além disso, comissões ("commitment fees" e "management fees"). São portanto, empréstimos altamente onerosos e de difícil administração já que os juros flutuantes, em geral em ascensão, empurram os pagamentos para cima e os "spreads" se tornam mais e mais altos à medida que crescem as dificuldades de quem toma empréstimos.

Estes dois fatos anotados — a concentração dos bancos e o caráter excepcionalmente onerosos dos empréstimos — pesam e muito agora quando aumenta a turbulência no sistema financeiro internacional após uma série de falências e calotes espetaculares. Com a crise, os bancos tendem a apertar as torneiras do crédito impondo mais e mais condições aos clientes.

O Brasil deve hoje 52,7 bilhões de dólares nos bancos privados, 35% dos quais vence até o final do ano. E o único freio à avidez dos bancos é, no limite, a própria sobrevivência do cliente. Isto fica claro no caso do Brasil, pelo peso de sua dívida, pois se a economia do país afunda de vez vários credores seriam arrastados com grandes chances de se produzir uma crise bancária com reações em cadeia em todo o mundo.



O sorriso amarelo da ditadura

Nesta hora de crise, a ditadura só tem a oferecer a recessão como remédio, cedendo à pressão do capital financeiro internacional.

Empréstimos estrangeiros excessivos podem causar mais dor e menos recompensas do que os ajustamentos econômicos que estes empréstimos pretendem justamente evitar. É muito melhor para os governos prescreverem já taxas reais de troca, taxas de juros domésticos altas o suficiente para desencorajar vôos mais altos do capital e preços atrativos para os alimentos de tal maneira suficientes para estimular o lucro dos produtores. A alternativa é a crise que eventualmente trará a prescrição destas medidas pelo FMI. Assim termina a matéria "O carnaval acabou" da edição de 16 de setembro da revista *Le Economist*, um recado mais que direto aos formuladores da política econômica brasileira.

A pressão internacional, sem dúvida, se faz no sentido do governo brasileiro adotar uma política de cunho ainda mais recessivo que a atual (através da contenção do crédito, da redução dos gastos públicos) e o corte nos salários. É como se repetíssemos, em um novo patamar de gravidade, a situação vivida em fins de 1980 quando após a adoção de um conjunto de medidas recessivas por Delfim o fluxo dos empréstimos internacionais voltou a crescer.

Em princípio, a recessão provoca de maneira generalizada a queda generalizada do lucro capitalista. Por que os banqueiros internacionais pressionam para a adoção de medidas mais recessivas quando a economia do país já está em franco declínio (decréscimo de 10% na produção industrial em 1981)?

Em primeiro lugar, porque esta alternativa é bastante mais favorável ao capital multinacional e aos credores internacionais do que outras medidas como o controle direto das importações e de divisas que certamente afetariam os seus interesses. Por outro lado, a recessão abre campo para uma mudança na correlação de forças entre o capital estrangeiro e o nacional, de um lado, e entre capital e trabalho, de outro. Abre-se o campo para se discutir a participação das multinacionais em setores chaves

como o setor financeiro nacional, para a inibição de medidas protecionistas como por exemplo à indústria de bens de capital e, importante, para jogar por terra, por exemplo, a lei dos reajustes salariais. Finalmente, tanto os credores internacionais quanto as empresas multinacionais são os setores capitalistas que menos têm os seus lucros afetados, os primeiros porque têm a sua taxa de lucro descolada do processo produtivo e os segundos porque contam com maiores facilidades para enfrentar situações recessivas como o acesso fácil ao crédito externo e a possibilidade de manipular os preços dos seus produtos.

Os exemplos do Chile e da Argentina

A recessão que corre paralelamente ao crescimento da dívida é a prova maior do sentido espoliador da ação do capital financeiro internacional. Enquanto os parques industriais afundam-se na capacidade ociosa e o desemprego aumenta, os novos empréstimos não têm uso para o investimento, para o aumento da capacidade produtiva.

O caso do Chile e da Argentina são exemplares. O modelo econômico adotado no Chile de Pinochet levou a um achatamento das atividades industriais e a um reforço da dependência do crédito externo. Para o ano de 1982, o desemprego ascendia a taxas recordes de 25% da população ativa e os recursos externos que entram no país são fundamentalmente utilizados para tapar os buracos da dívida.

A Argentina é um caso mais conhecido. Sua dívida externa rolou de 5 bilhões de dólares em março de 1976 para 40 bilhões em 1982. Enquanto isso, a indústria trabalha com uma média de capacidade ociosa de 50% e o desemprego aberto ascende a 18% da população economicamente ativa. É esta mesma espiral que ameaça tragar a economia brasileira.

O Brasil tem experimentado uma situação semelhante. O endividamento

crecente não tem uma contra-partida real em novos investimentos. De fato, desde 1975 até hoje assiste-se a um declínio acentuado da taxa de investimento em relação ao PIB. E a capacidade ociosa na indústria não tem cessado de crescer, assim como o número de desempregados. De acordo com a sondagem do Ibre, o uso médio da capacidade instalada da indústria era de 78% em abril de 1981 e de 76% em abril deste ano.

É importante considerar tudo isso quando o governo acena com novas medidas recessivas diante do agravamento do Balanço de Pagamentos. A imposição de um recolhimento compulsório de até 45% dos depósitos à vista dos bancos, medida recém anunciada, tem um sentido claramente recessivo ao restringir os empréstimos para a indústria e comércio e incentivar a elevação da taxa de juros. Além disso, para 1983 as metas anunciadas pelo governo de reduzir o déficit do setor público de 5,6 para 2,5% do PIB, de reduzir os investimentos das estatais em 3 ou 4% e de conter drasticamente a importação de petróleo e matérias-primas, se concretizadas, serão um impulso formidável ao aprofundamento da recessão.

A ditadura não é obstáculo à recessão. Já a vem praticando e a arrogância do gordo Delfim Neto é doméstica; à nível internacional, dá lições de dócil submissão aos banqueiros. Nem o capital nacional, profundamente internacionalizado e dependente, será barreira à pilhagem do capital financeiro. A experiência das ditaduras sul-americanas e de suas frágeis burguesias demonstram isso de variadas formas.

Os trabalhadores resistem às pressões do capital financeiro defendendo o seu salário e emprego. Mas, cada vez mais, essa defesa exigirá que a classe operária assuma, de forma combinada, a defesa política do congelamento da dívida e de medidas fortes de controle e nacionalização do sistema financeiro, do comércio exterior, dos setores chaves da economia.

Editorial

O Congresso da UNE

No Congresso da UNE que se realiza a partir do dia 30 em Piracicaba estarão confrontadas duas linhas para o movimento estudantil.

Uma delas vem sendo levada pela atual diretoria da UNE. Diante da ofensiva da ditadura para implantar o ensino pago, e para aumentar as anuidades nas escolas que já são pagas, este setor tem procurado negociar com cada Reitoria ou direção de escola, defendendo aumentos "razoáveis", procurando aliados inclusive em setores do MEC.

Quando a ditadura ameaçou com a expulsão do presidente da entidade, Javier Alfaya, a diretoria se recusou a dar o conteúdo político necessário — o de combater a Lei dos Estrangeiros — e apenas repetiu que na verdade Javier é brasileiro, para não perder "aliados".

Coerente com esta visão das lutas dos estudantes, a diretoria da UNE, no plano político mais geral, tem defendido a "unidade das oposições" e se alinha com o PMDB, privilegiando a aliança com a burguesia "liberal".

Além disso, ela tem sistematicamente desrespeitado a democracia do movimento, passando por cima de decisões de assembleias ou de outras instâncias dirigentes da UNE, como o CONEB. Desrespeita, além disso, totalmente os estudantes quando se obstina em desconhecer a crise vivida pelo movimento, e proclama estar obtendo imaginárias vitórias.

Contra estas posições, desde o último Congresso, realizado em Cabo Frio, vem se unificando um bloco de oposição, que se caracteriza sobretudo por defender que a luta contra as investidas do regime em favor do Ensino Pago seja baseada na mobilização unificada dos estudantes, na defesa intransigente dos seus legítimos interesses, sem sacrificar esta luta para buscar alianças ilusórias. No plano político geral, o bloco de oposição tem defendido que os estudantes se coloquem ao lado dos trabalhadores, na luta contra a ditadura, a opressão e a exploração.

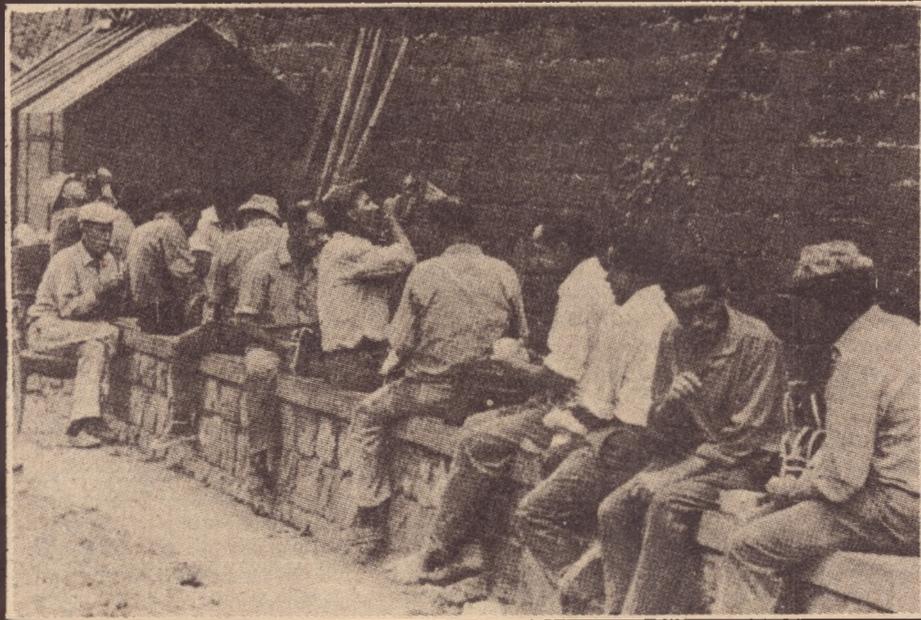
É interessante notar que a polarização existente hoje no movimento estudantil corresponde à que se dá no movimento sindical, entre um bloco pelego-reformista e um bloco combativo. A diferença é que no movimento estudantil não há uma estrutura atrelada e nem propriamente pelegos; mas as mesmas correntes reformistas que se aliam aos pelegos participam da diretoria da UNE, e se aliam com os setores de direita (como o DEE do Rio Grande do Sul) que conseguem encontrar. A busca de "pactos" e de conciliação é a mesma, e iguais os métodos burocráticos.

Desde o último congresso da UNE, o bloco de oposição tem-se reforçado, e pode vencer neste Congresso. Esta vitória não será suficiente para eliminar a crise por que passa o movimento estudantil, mas será um passo importante para isto. E, naturalmente, não interessa apenas aos estudantes, mas a todo o setor combativo do movimento operário e popular.

**Chile 1982:
25% de
desemprego**

**Argentina 1982:
18% de
desemprego**

**O caminho
do Brasil?**



Especial eleições

A força do PT

É exatamente nas cidades de maior concentração fabril, onde o conteúdo classista da campanha naturalmente é ressaltado, que o PT mais avança. Aqui, **EM TEMPO** traz o pique da campanha no ABC e no Vale do Aço, em Minas.

São Bernardo

Violências e calúnias contra o partido

Em São Bernardo, berço do Partido dos Trabalhadores, a campanha eleitoral dos dois candidatos a prefeito pelo PT, Mauricio Soares e Carlos Battistini, avança apesar das constantes agressões que vêm sofrendo seus militantes por setores que não se conformam com a penetração do partido junto a amplos setores da população.

No último dia 13, foi invadida a sede do PT à rua Newton Prado, 76. Desconhecidos levaram de lá material de campanha, documentos e objetos. O curioso é que a sede do partido em São Bernardo fica praticamente em frente à delegacia do Primeiro Distrito. Alguns dias antes, havia sido também invadida a sede do núcleo do PT na favela do Jardim Silvina e, o que é gravíssimo, o presidente da comissão de moradores da favela e candidato a vereador foi ameaçado com revólver por policiais que ainda revisitaram todo o local. Diante da gravidade dos fatos, o PT de São Bernardo pediu à Justiça Eleitoral providências para abertura de inquérito.

Também na Vila Paulicéia, militantes do PT sofreram agressões desta vez praticadas por elementos do PDS que confiscaram todo o material de divulgação dos petistas e ainda os ameaçaram com armas.

Outro episódio, envolvendo o nome do PT na favela do DER, os moradores decidiram levantar uma sede para a Sociedade Amigos local. No meio do mutirão, chega a Polícia com um papel na mão, querendo embargar a obra. A alegação era de que o local abrigaria uma sede para o PT, mas os moradores negaram a versão tendenciosa e se recusaram a atender o pedido. Resultado: oito favelados foram levados presos para a Delegacia, tendo sido soltos após a interferência do PT.

E a lista de intimidações e ameaças não para aí: o carro do candidato a deputado estadual e membro cassado da ex-diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, Expedito Soares Batista, foi inteiramente depredado, o que vem ocorrendo em



menor grau também com outros candidatos. Uma carta enviada a um candidato do PT dá conta de que um tal de Valdemar, da Prefeitura, avisou que iria incendiar os comitês do PT. Outro elemento provocador colocou uma faixa em sua residência no Rudge Ramos, utilizando o nome do PT, o número 51 e a frase "Vai ter pinga na Prefeitura". Esses são apenas alguns exemplos do acirramento dos ânimos em São Bernardo ao aproximar-se a reta final de campanha.

Chegar a cada trabalhador com a mensagem do PT (são 53 os candidatos a vereador em SBC) para um partido de escassos recursos não é nada fácil. Essa dificuldade que o PT vem sentindo a nível nacional, também ocorre em São Bernardo, o que não impede o partido de desenvolver a campanha mais ousada, em termos de criatividade, persistência, disposição e coragem.

Enquanto apenas um dos candidatos a prefeito pelo PMDB, Mario Ladeia, teria gasto até o início deste mês, segundo revelou um vereador local, 14 milhões de cruzeiros, o PT, diz Expedito Soares, não gastará até o final, nem três milhões, incluindo as despesas com gasolina. Convém lembrar que são três os candidatos do PMDB, o que supõe um gasto

astronômico para o Partido até o final da campanha, não fosse a Prefeitura de SBC uma das mais ricas do país.

O PT iniciou sua campanha com a venda de 12 mil camisetas, comprando depois a quantia auferida, em papel em resmas, o que possibilitou grande economia. A máquina utilizada para imprimir os volantes dos candidatos é emprestada. E para pagar o folheto que custa, em média, 7.500 cruzeiros, cada candidato se vira fazendo rifas, bazares, festinhas, sorteio de cestas de alimentos etc.

Os materiais utilizados para cartazes e faixas também são os mais inéditos possíveis, como velhas radiografias dos pulmões emendadas com durex, espumas de colchões usados, cera de sapateiro para fazer máscara de silk-screen etc.

Apesar de haver duas sublegendas, o comitê eleitoral unificado mantém controle sobre a campanha dos dois candidatos, que têm respeitado na íntegra, as determinações estabelecidas. Apenas por questão prática, os dois candidatos têm feito visitas separadas, bem como os mini-mutirões no meio da semana, mas o trabalho é coordenado: enquanto um visita um bairro, o outro percorre outro, onde já foram realizados

os contactos iniciais. As palavras de ordem são unificadas.

Ênfase nos Conselhos

O candidato a prefeito Mauricio Soares, advogado e assessor da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC há 17 anos, explica o lema da campanha em SBC "Trabalhador vota em trabalhador, o resto vota no resto". "O PMDB, em São Bernardo — afirma — não é oposição, mas situação, e sua administração deixou muito a desejar. O Partido dos Trabalhadores é o único que podemos caracterizar como oposição pois se opõe ao regime e não apenas ao governo. É um partido de trabalhadores, sem patrões, nem generais. O resto é um saco de gatos".

Expedito Soares confirma a preocupação do PT de São Bernardo com esse enfoque e diz que as questões técnicas de administração, como melhoria dos níveis de Saúde e educação não têm sentido, se o povo não tiver o controle da administração, através de conselhos populares. Afinal, o mais importante é que o próprio povo, os trabalhadores, assumam o governo".

O PT de São Bernardo não prioriza as questões "de bairro" a não ser quando elas são muito candentes. É o caso do Jardim Laura, onde os transportes são uma calamidade e a população exige esse tipo de discussão.

No entanto, os candidatos do PT têm notado a grande preocupação do povo de São Bernardo em questionar a administração do PMDB e seus atuais candidatos, o que é respondido pelo Partido, com seu programa e objetivos. "Não vamos atacar nossos adversários, diz Expedito, em que pese a nossa responsabilidade em denunciar a ladroagem e a corrupção. Mas, não priorizamos essas denúncias contra o PMDB", afirma.

Esse exemplo de dignidade, no entanto, não é seguido pelos outros partidos na cidade. E Expedito lembra com certa mágoa que há cerca de um ano o PMDB chegou a contratar policiais para atacarem Lula, em uma das favelas da cidade.

Santo André: Acuando e desmascarando o PMDB

Em Santo André, a campanha eleitoral do PT está pondo em polvorosa os adversários locais, particularmente o PMDB. Duas são as razões principais desse sucesso: em primeiro lugar, o trabalho constante que vem sendo desenvolvido com afinco há vários meses, com visitas aos bairros, mutirões nos fins-de-semana, criação de vários comitês eleitorais em pontos espalhados da cidade. Em segundo lugar, a decepção geral da população andreense com a administração Lincoln Grillo, do PMDB. Tal governo caracterizou-se pelo gasto dispendioso com obras que não interessam ao trabalhador, como viadutos, e pelo papel omissivo em relação às greves e mobilizações dos trabalhadores.

Enquanto em São Bernardo, em que pese a

atual guerra declarada pelo PMDB ao PT, a administração local deu apoio às greves dos trabalhadores (embora tente agora explorar eleitoralmente o fato, e esse é seu único trunfo), em Santo André, a administração de Lincoln Grillo foi um desastre. Na greve dos metalúrgicos em 1980 sequer cedeu o estádio para as assembleias dos operários. Esse fato ainda permanece na memória dos trabalhadores que não perdoam a omissão do PMDB.

Em Santo André, o PT concorre com candidato único a prefeito, Celso Daniel, nascido e criado na cidade, especialista em planejamento urbano, cuja capacidade e conhecimento das questões administrativas municipais, bem como seu espírito crítico em relação ao desempenho de uma administra-

ção de oposição na Prefeitura, tem despertado o respeito até de seus adversários. Não é a toa que o PT de Santo André hoje é o maior da região, com excelentes chances de alcançar a Prefeitura pelo voto dos eleitores em quinze de Novembro.

Enfrentando as dificuldades

A exemplo de São Bernardo, também em Santo André, a influência do PT junto à população tem despertado ciúmeira nos adversários e várias ameaças e agressões contra militantes já foram constatadas. Apesar das provocações de que tem sido vítima, o PT de Santo André não pretende responder na mesma moeda. "A preocupação

do PT — diz Cicote — é manter a campanha em alto nível. Queremos discutir nosso programa com os trabalhadores, conscientizar os operários do sistema de exploração em que vivem, prepará-los para enfrentar novas lutas, pois o trabalho do PT não acaba no dia 15 de Novembro".

E o sucesso da campanha eleitoral do PT em Santo André merece ainda maior respeito, tendo em vista os poucos recursos de que dispõe. Celso Daniel acredita que até o final da campanha, o PT de Santo André vá gastar três milhões de cruzeiros com todos os candidatos. Quantia mínima que é preenchida com a imaginação e a criatividade dos militantes do PT, a exemplo do que ocorre em São Bernardo.

nas cidades operárias



Diadema Fazer da prefeitura uma trincheira

Em Diadema, o PT apresentou Gilson, diretor cassado do sindicato dos metalúrgicos ao governo. A campanha, em um tom fortemente classista, bate fundo na população trabalhadora da cidade.

Diadema, 23 anos e 300 mil habitantes, é o exemplo da cidade que cresceu com a indústria moderna, de ponta, concentrando contradição e miséria a sua volta. Como a maioria das cidades da região, o orçamento municipal da prefeitura é beneficiado pela presença de mais de mil indústrias de pequeno e médio porte. Em 82, ele foi de quatro bilhões de cruzeiros.

Apesar de toda esta riqueza, Diadema é uma cidade que, vista de cima, parece uma grande favela. A cidade é constituída por uma esmagadora maioria de operários, calculando-se em 90 mil o número de favelados. Somente a partir de 1978 o abastecimento de água começou a ser regularizado e pouco mais de 20% das residências é servida de rede de esgotos.

Todos estes problemas urbanos, somados à conjuntura de desemprego e crise contribuem para dar uma feição potencialmente explosiva à campanha do PT.

Um operário cassado no governo

O candidato a prefeito pelo PT de Diadema é Gilson Menezes, diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e presidente do fundo de greve criado pela categoria. Gilson traz para a campanha toda a marca de sua experiência como liderança operária. Trabalhador metalúrgico desde os doze anos de idade, Gilson integrava a comissão interna da Scania e esteve à frente da primeira greve da fábrica em 1978.

“Não há forma mágica”, afirma Gilson respondendo à pergunta de como vai concretizar a principal proposta de sua campanha, uma administração pública controlada pelos trabalhadores. “Nosso governo será de baixo para cima. Escancarando as portas da prefeitura, organizando conselhos nos bairros, com a população tendo vez e voz; acredito, vamos revolucionar a administração pública. Desta

forma, em curto espaço de tempo, os trabalhadores encontrarão as respostas para as humilhações que vivem os favelados.

Uma coisa importante: eu não quero da minha cabeça dizer como deve ser feito o orçamento. A utilização das verbas municipais são os trabalhadores que devem discutir e decidir. E controlar tostão por tostão a aplicação do dinheiro”.

“Defendemos igualmente que a prefeitura do PT será uma trincheira de luta na conscientização e organização dos trabalhadores. O governo hoje é o obstáculo maior para que a luta dos trabalhadores se desenvolva e, por isso, no centro do nosso movimento político, está a luta contra a ditadura militar”.

Uma campanha rigorosamente controlada

Sentindo a força do PT na cidade, os partidos burgueses optaram pela tática do confusãoismo eleitoral. Há nada menos do que dez candidatos a prefeito em Diadema, além de Gilson! Três deles são do PMDB (um empresário da construção civil, o atual vice-prefeito e um ex-funcionário da delegacia de polícia local), três do PDS (entre eles, o secretário de planejamento da atual gestão da prefeitura), três do PTB (um latifundiário, um presidente de uma sociedade beneficente e um ex-funcionário da segurança) e um do PDT (que não tem diretório formado na cidade).

Frente a este quadro eleitoral engarrafado, dispo de uma base material precaríssima, o PT busca as suas maiores armas na arregimentação da militância e em um estrito controle da campanha. (ver box). Enquanto nos dias úteis da semana, a campanha se dirige às portas das fábricas, nos domingos, mutirões, agregando dezenas e dezenas de militantes, são organizados para esquadrihar palmo a palmo os bairros da periferia da cidade.

Os compromissos da campanha

1. Que todos os candidatos do PT a qualquer nível, na hora de suas candidaturas façam uma declaração de todos os bens móveis e imóveis que possuem. Que esta declaração seja levada a público para todos eleitores. E que os bens que por ventura vierem possuir no mandato devem passar pelo mesmo processo.
2. Os parlamentares não podem enriquecer ilícitamente às custas dos cofres públicos. Qualquer ato de corrupção que comprove enriquecimento ilícito, vai ser divulgado perante a população e expulso do partido.
3. Os candidatos eleitos não terão poder de decisão. Todas as decisões terão que ser tomadas pelo Conselho Municipal de Base (independente dos órgãos públicos).
4. Que o prefeito eleito assuma o compromisso de convocar de 12 em 12 meses uma assembléia geral dos moradores para prestação de contas. E através do Conselho Municipal de Base, formular

propostas de execução imediata, colocando-as em seguida em discussão e votação popular.

5. O poder público terá um papel meramente de execução das tarefas.

6. Os candidatos eleitos, dedicarão 50% do seu tempo útil às atividades parlamentares e 50% restante ao trabalho de base nos bairros e às atividades de interesse da população;

7. O parlamentar eleito terá que dar 50% do seu salário para o Partido dos Trabalhadores, desde que, o mesmo não fique com menos de 5 salários mínimos regionais.

8. O não cumprimento destas exigências, implicará na sua imediata expulsão do partido, com denúncia à população.

9. Este compromisso foi assinado por todos candidatos a prefeito, vice, dep. estadual e federal e vereadores de Diadema.

Vale do Aço

Minando um monumental aparelho de controle

Por José Afonso (*)

De Itabira a Ipatinga, já não há sono tranquilo para os patrões e seu governo. Aí, o PT vem conhecendo um crescimento surpreendente ao longo deste último ano.

Reveladora deste crescimento, suficiente inclusive para mostrar que se aprofundam as rachaduras da poderosa máquina de controle montada sobre os trabalhadores do Vale do Aço, é a expectativa de eleger, pelo menos, dois prefeitos na região: os de João Monlevade e de Barão de Cocais.

No entanto, se a situação atual mostra um partido com cerca de quatro mil filiados na região, quinze candidatos a prefeito, mais de trezentos a vereador e quatro a deputado estadual, com uma razoável articulação com as entidades e lutas de massa, ainda temos muitos problemas pela frente.

No fundo, as cidades do Vale até que se parecem. Em cada cidade encontra-se instalada uma grande empresa (CVRD, Belgo-Mineira, Cimetal, ACESITA, USIMINAS etc), girando as atividades municipais praticamente ao seu redor.

A administração da grande empresa cuida de controlar os elementos fundamentais da relação entre trabalhadores e patrões, a partir do controle de seus próprios empregados (é que, fora os que se empregam na grande empresa, é muito difícil desenvolver qualquer atividade sindical, na medida em que as condições de defesa dos trabalhadores das peque-

nas empresas são muito mais débeis).

A administração pública cuida de desenvolver um determinado estilo de vida. Durante anos, as cidades do Vale vieram sendo administradas de maneira a se construírem praticamente como um alojamento precário de mão-de-obra ao redor da grande empresa e de suas “associadas”, as pequenas e médias que surgiram em sua periferia. A fora o bairro da minoria de renda mais alta (alguma burguesia pequena, mas sobretudo técnicos e trabalhadores altamente qualificados), existem os serviços elementares (transporte, água encanada, luz etc) para a subsistência e olhe lá. Quase nada de lazer, uma pitada de sistema educacional (raramente ultrapassa um precaríssimo II grau), nada de locais para reunião. Até parece que o lema é: os trabalhadores que se virem! Se querem lazer, construam por si mesmos os clubes de futebol, achem os lugares para nadar.

Se é este o estilo de vida incentivado pela administração pública (e é assim porque é muito mais barato), das condições de trabalho a prefeitura é uma mera espectadora, não sendo de “seu âmbito” intervir nas relações entre trabalhadores e patrões.

Rachaduras no poder da minoria

No entanto, quando surgem movimentos por melhorias nos bairros dos trabalhadores, quando vão surgindo as Associações de Amigos dos Bairros, logo os partidos que

participam da administração da cidade dão um jeito de colocar ali alguém “de confiança”. Da mesma forma, a grande empresa — através dos mesmos partidos — se encarrega de fazer no sindicato de seus empregados o mesmo, amordaçando-o ainda mais. Assim veio sendo construído um monumental aparelho de controle sobre os trabalhadores do Vale, capaz de garantir, durante anos, a hegemonia dos partidos da minoria dominante. E é esta hidra de duas cabeças (empresa, prefeitura) que começa a ser destruída.

A primeira rachadura se deu através do ascenso do movimento sindical, rompendo os limites do peleguismo até então existente, principalmente em João Monlevade e Barão de Cocais. De 1980 para cá, com o surgimento do PT, uma nova perspectiva vem se abrindo para o conjunto do Vale, que se aprofunda agora, na campanha eleitoral, momento em que o PT aglutina melhores condições para ferir a estrutura política tradicional.

Em muitas cidades, a expectativa com os possíveis avanços a serem conquistados durante a campanha ainda se resumem à construção do partido, a estender sua influência junto às organizações de base (associações de bairro, sindicatos, clubes de futebol amador), a estabelecer laços com lideranças importantes que ainda se encontram enroscadas na política tradicional. E, portanto, a campanha se desenvolve com o objetivo de

despertar os trabalhadores para a ação política classista. Aí, em cidades variadas, o partido vem organizando comícios à porta das fábricas maiores, filiando e nucleando os trabalhadores, construindo novas associações de bairro, construindo uma imprensa própria através da divulgação do Jornal dos Trabalhadores.

Mas, em pelo menos duas cidades a expectativa é ganhar a prefeitura. Aí, ao lado do crescimento da influência do partido, importa dar às bandeiras um cunho mais concreto, propondo soluções arrojadas para os diversos problemas dos trabalhadores, particularmente no que diz respeito a um novo estilo de administração pública, através do exercício da democracia direta (as assembleias populares). E o mais interessante é que a própria possibilidade de sucesso cabal do partido nestes lugares está ligada ao fato de, ao longo do trabalho de dois anos, os militantes terem sabido, tanto quanto desenvolver esforços para trazer novas camadas de trabalhadores para a luta, atrair os combativos companheiros que vinham dirigindo o movimento sindical destas cidades. Unindo o trabalho desenvolvido nos bairros das cidades ao prestígio destes dirigentes sindicais, ou seja, afirmando-se o papel qualitativamente superior do PT sobre os demais partidos.

(*) Zé Afonso é candidato a Deputado Federal pelo PT mineiro.



Na boca do povo

Uma seção de dicas eleitorais



Candidato do PMDB agride posseiros

"Se o pai de vocês for à Polícia, como andou dizendo nos jornais, ele é quem vai acabar sendo preso; vai tomar uma cana e não mais sairá da cadeia, pois quem tem dinheiro é o homem". O aviso foi dado pelos funcionários da empresa Mantiqueira S.A. Agropecuária aos filhos dos lavradores Pedro Prudêncio e Ivo Francisco que tiveram um dia antes a sua plantação de feijão destruída pelos traítores da empresa.

No caso, a empresa é ligada ao grupo da Tecelagem Parayba e o "homem do dinheiro" é o candidato ao senado pelo PMDB paulista, Severo Gomes. A denúncia da violência cometida contra os lavradores que há mais de vinte anos ocupam a pequena área de terra de 50 metros por dois mil de extensão nas proximidades de São José dos Campos, no interior paulista, alcançou as páginas do jornal Vale Paraíba e logo em seguida da grande imprensa.

Além do tempo que ocupam as terras, do fato destas serem a única fonte de sobrevivência para duas famílias que têm juntas dezoito filhos menores, os lavradores argumentam em sua defesa que a escritura de posse de Severo Gomes afirma que a sua propriedade tem o limite nas margens do rio Paraíba, em seu leito antigo. Como o leito do rio foi modificado por obras públicas em função de constantes inun-



dações, restou uma área que é ocupada para a sobrevivência das duas famílias.

É mais uma marca no currículo já sujo de Severo, que quando ministro, assinou as cassações dos deputados Alencar Furtado, Nelson Fabiano e Marcelo Gato.

Além da grilagem de terras, outras denúncias vieram a público recentemente comprometendo candidatos peemedebistas. Ficou comprovado que o candidato a vice-governador pelo PMDB, Orestes Quércia, responde a trinta processos na Justiça por não pagamento de direitos rescisórios, FGTS, horas extras, férias proporcionais e 13º salário a jornalistas demitidos de sua empresa jornalística, **Jornal Hoje**. A procedência destes processos é tão flagrante que quatorze dos processos já foram aceitos pela

Justiça Trabalhista. Mais ainda: ficou comprovado que o senador Orestes Quércia mentiu em público quando negou estas informações em debate promovido pelo jornal **Folha de São Paulo**.

Soube-se recentemente que um dos candidatos peemedebistas a deputado Federal em São Paulo, Caio Pompeu de Toledo, é ex-organizador do CCC! Afinal, até onde vai a frente peemedebista já que nela cabem desde grileiros, caloteiros de direitos dos trabalhadores e ex-organizadores de organismos da direita fascista?

Saiu "O PT e a economia"

Já está circulando o suplemento especial número 1 do Jornal dos Trabalhadores, órgão oficial nacional do PT. Sob o título de "O PT e a economia", o suplemento especial traz a íntegra do projeto de programa econômico do PT. Tablóide de 24 páginas, o suplemento está sendo vendido a Cr\$ 250,00 mas pedidos superiores a dez exemplares gozam de desconto especial.

Além de estar sendo vendido nas principais bancas de São Paulo, Rio e outras capitais, "O PT e a economia" pode ser encontrado também na sede regional do PT em São Paulo, rua Santo Amaro 582, na liderança do PT na Assembléia Legislativa e na sede do Jornal dos Trabalhadores, rua Andréia Paulinete, 558, Brooklin Novo.



Recordes da corrupção

A corrupção parece ser a forma que o PDS encontrou para disputar as eleições mineiras. Na quinta-feira, dia 23, mais de 300 títulos de eleitores foram apreendidos num dos inúmeros comitês eleitorais do senhor Eliseu Resende, candidato ao governo mineiro.

O método é simples: o comitê enviava uma carta ao eleitor, informando que o título, juntamente com o documento usado para a corrupção do mesmo, encontrava-se no comitê do senhor Eliseu Resende. O comitê aguardava a visita do

"freguês", esperando poder contar com o apoio merecido no pleito de 15 de novembro.

É claro, alguns títulos foram feitos no próprio comitê. Outros, entretanto, foram feitos nas seções autorizadas do Tribunal Regional Eleitoral e também se encontravam de posse do comitê de Eliseu. Não queremos com isto sugerir que a fraude passava por dentro da Justiça Eleitoral... mas, se não for assim, como explicar que os títulos foram encontrados no comitê de Eliseu?



Uma das características mais importantes da campanha do PT é trazer à tona, expressar politicamente, os anseios de diferentes camadas da classe operária e do movimento popular. A candidatura de Getúlio dos Santos a deputado estadual pelo PT paulista traz esta marca. Getúlio é dirigente sindical de uma das categorias mais exploradas, a dos vidreiros, que aglutina 30 mil trabalhadores em todo o estado.

Foi já aos quatorze anos de idade que Getúlio trabalhou pela primeira vez em uma vidraria no Parque Novo Mundo em São Paulo, uma experiência que é generalizada na categoria: 20% dos trabalhadores do vidro são menores, super-explorados e trabalhando em condições de alta insalubridade.

O processo de trabalho nas indústrias do vidro, apesar da alta concentração do setor (cerca de vinte fábricas concentram 80% da categoria), ainda se assemelha bastante a um ofício artesanal. Depois de ter ido ao forno, a massa de vidro em

A campanha de Getúlio, operário vidreiro e dirigente sindical, para deputado estadual pelo PT paulista tem como principal meta o fortalecimento da intervenção do partido como direção das lutas dos trabalhadores.

estado incandescente é trabalhada pelo operário. Através de uma vara com um orifício, o vidreiro soprando faz o molde, vai moldando a peça. Além de ficar exposto a um ambiente de altíssima temperatura, o vidreiro em geral após alguns anos de trabalho já está com os dentes e os pulmões avariados. Uma das maiores reivindicações da categoria é, por causa da alta insalubridade do trabalho, a jornada de trabalho de seis horas por dia.

Do sindicato ao partido

Foi aos 21 anos que Getúlio criaria um vínculo mais permanente com a categoria dos vidreiros, trabalhando a partir daí cinco anos em uma das maiores empresas, a Blindex. Foi com base no trabalho nesta fábrica, que Getúlio veio a conhecer uma participação sindical vindo a participar da chapa encabeçada pelo operário Waldir Carlos Ferreira que em 1979 destronou o

pelego há muitos anos no sindicato.

Expurgando o peleguismo, acabando com a máquina da corrupção que estava montada no sindicato, abrindo o sindicato aos trabalhadores, dinamizando a organização em cada fábrica, a nova diretoria deu forte alento às lutas da categoria por seus direitos. Um ponto chave neste período foi a campanha contra o emprego de menores trabalhando com salários bem abaixo do piso estipulado. É nesse contexto, de reanimação das lutas da categoria, que nasce a candidatura de Getúlio que traz o apoio generalizado de seus companheiros.

A força desta campanha

"Entendo que a proposta central do PT é de que os trabalhadores não devem mais acreditar que as soluções para os seus problemas e para os problemas do país possam vir da iniciativa dos poderosos. O

PT propõe que os trabalhadores se organizem onde trabalham e onde moram para assumirem, eles próprios, a direção e o comando do país. Isso é um novo estímulo, decente, honesto e necessário de se fazer política. O PT assim abre as portas para que os setores mais humildes da população possam, de fato, tomar nas mãos os destinos do país".

Priorizando o trabalho nas fábricas, na capital e nas várias cidades do interior paulista, Getúlio pretende deixar como principal saldo de sua campanha a organização de grupos de trabalhadores que possam vir a constituir núcleos de categoria e possam fazer avançar a participação sindical do PT.

"A participação sindical, o engajamento do PT na construção da Central Única dos Trabalhadores de acordo com os métodos aprovados na histórica I Conclat é decisivo para o próximo período. Além de dinamizar a luta dos trabalhadores a nível sindical, empurrará o partido cada vez mais para a esquerda, para a direção efetiva da luta do movimento de massas pelo socialismo", conclui Getúlio.

Rosalice Fernandes

Na luta, apesar da ditadura e do chaguismo

Perseguida pela ditadura e pelo chaguismo, Rosalice tem a sua trajetória política e sua candidatura a deputado estadual pelo PT voltada para a organização do movimento operário em Volta Redonda.

— Rosalice, você já foi candidata em 1974, pelo MDB. Conte para nós o significado desta iniciativa.

Rosalice — Nós começamos a participar do movimento aqui em Volta Redonda em 1973. Já em julho de 74 tínhamos organizações dos operários dentro da usina em torno às reivindicações mais imediatas. A organização dentro da fábrica era importante para barrar a perda dos direitos adquiridos com a própria luta. Os operários vinham perdendo estes direitos paulatinamente após o golpe militar de 64. Nesta época tínhamos uns 50 companheiros puxando a luta. Nesta oportunidade, levantaram a proposta de participar das eleições pelo MDB. Sem muita expectativa de eleger, a candidatura tinha o objetivo de fortalecer a organização dos trabalhadores em Volta Redonda. Tivemos a grata surpresa de obter 10.470 votos e ficar como 3º suplente. Conseguimos o nosso objetivo: em julho de 75 fazíamos reuniões com 500 pessoas.

— Como se deu a relação com o MDB após as eleições?

Rosalice — Continuamos a participar do MDB e organizamos um departamento trabalhista em julho de 75 aqui em Volta Redonda. A partir desta organização, assumimos a direção política aqui em Volta Redonda porque os pelegos só apareciam em véspera de eleição. Ninguém estava interessado no MDB em 1975. Até a sede do MDB em Volta Redonda fomos nós que construímos. Nesta época, com o esforço de organização que fizemos tivemos algumas conquistas parciais, inclusive realizando operações tartarugas.

Dentro do MDB havia uma briga acirrada contra a corrente "chaguista". Volta Redonda estava à frente desta briga. Em Volta Redonda o departamento trabalhista era muito dinâmico, tínhamos boletins periódicos. No primeiro de maio de 75 organizamos uma grande manifestação.

— Foi nesta época que você foi presa?

Rosalice — Não, foi no ano seguinte, às vésperas do 1º de maio de 1976. De 75 a 76 muitas lutas se desenvolveram e os operários tiveram vitórias parciais. Muitas reivindicações foram atendidas. Para o 1º de maio de 76 o General Geisel, presidente, ia à Volta Redonda. Três dias antes me prenderam. Foi uma conjugação da ditadura, do chaguismo — sua linha auxiliar aqui no Rio — e dos pelegos que estavam na diretoria dos sindicatos.

— Como foi a prisão?

Rosalice — Estávamos levando para uma gráfica uma nota do departamento trabalhista do MDB para o 1º de Maio. Na gráfica eles me pegaram — eu era a coordenadora do departamento. Isto às 3 horas da tarde. Meia hora depois estava no DOPS. Eles viram que pela nota não podiam me prender. As 5 horas da tarde, invadiram a casa do meu ex-sogro em Volta Redonda, botaram um documento falso dentro de um sofá, um documento que eles fabricaram e por causa disso me prenderam. No final das contas, este papel nem apareceu como prova no processo. Tudo forjado. O objetivo deles era o de sempre: a desmobilização dos trabalhadores. Passei dez dias no DOI-CODI. Tinha

geladeira. Você fica nua o tempo tempo. Os caras provocam, dizem que fazem e acontecem. Enfim, fiquei 10 dias no DOI-CODI e saí com um processo para ser julgado.

— E o MDB?

Rosalice — Neste ano de 1976 houve eleições para vereador e prefeito. Vários deputados do MDB foram eleitos prefeito no Rio de Janeiro. Então eu, como 3º suplente, fui convocada para tomar posse em fevereiro de 1977.

Quando eu fui tomar posse, a própria assembléia legislativa pediu a minha inelegibilidade. Disse que eu havia sido presa, que tinha um processo em curso. Pela lei da ditadura eu já estava eleita. Só se condenada podia perder o mandato. Os homens da ditadura e os chaguistas armaram tudo e eu não tomei posse. O presidente da assembléia na época era o Claudio Moacir, notório chaguista.

— Como ficou o processo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional?

Rosalice — Fui condenada a um ano e seis meses. Recorremos ao S.T.M. e a pena baixou para 1 ano e 2 meses. Saí da auditoria direto para o presídio feminino em Bangu. Lá participamos do processo de resistência dos presos políticos. Entramos em duas greves de fome.

— E depois, como ficou o seu direito de ter um mandato de deputado estadual?

Rosalice — A ditadura e o chaguismo não queriam que a gente participasse da convenção do MDB, aqui no Rio de Janeiro. Recorremos ao S.T. Eleitoral e eles nos deram o direito de posse depois que saímos da prisão. Nós não tínhamos os direitos políticos cassados. Isso só aconteceu, pelas leis da ditadura, com mais de dois anos de prisão. Mais uma vez o MDB, na Assembléia votou contra, salvo três ou quatro honrosas exceções. Claudio Moacir era o presidente da Assembléia e Miro Teixeira articulou isso pessoalmente. Chagas Freitas utilizava de toda a sua influência, como governador que é, nos tribunais e com o jornal O DIA. Não conseguimos a posse. Isto significa que não conseguimos também a legenda para concorrer às eleições de 1978.

— Depois disso, já na época que se começava a falar em PT, como ficou a sua participação?

Rosalice — Participei da construção do PT desde o início, do começo mesmo. Estávamos junto com Lula e outros sindicalistas com esta proposta desde o começo. Aqui, em Volta Redonda, ajudamos a construir alguns núcleos do PT, nos identificamos desde o início com o trabalho do PT de Volta Redonda que tem José Emídio como presidente. Hoje sou candidata a deputada estadual com o mesmo objetivo de ajudar a organização independente dos trabalhadores, desta vez por um Partido surgido das lutas operárias.

Aqui em Volta Redonda a nossa campanha procura estar em perfeita sintonia com a luta dos trabalhadores. Por exemplo, durante a campanha salarial dos metalúrgicos da C.S.N. toda a nossa atenção estava voltada para esta luta. Nós acreditamos que só um PT intervindo nas lutas concretas satisfaz as necessidades dos trabalhadores.

O Movimento Operário, o Poder e o Parlamento

A crise revolucionária



A derrubada do Estado burguês é possível quando existe uma *crise revolucionária*, isto é, quando "os de baixo" não querem mais, e "os de cima" não podem mais continuar a viver como antes. É nesta situação que os organismos de poder operários e populares podem ser centralizados e voltados contra o poder.

Como mencionamos no artigo anterior desta série, a perspectiva estratégica básica de conquista do poder pelos revolucionários, elaborada depois da revolução russa, de construir soviets de deputados operários, soldados e camponeses, e opô-los ao aparelho governamental da burguesia, não pode ser levada à prática em qualquer situação. Em situações normais de funcionamento das sociedades capitalistas, este objetivo pode ser colocado apenas como propaganda, não como agitação para as amplas massas. Em que circunstâncias, portanto, podemos dar-lhe um caráter prático?

No seu livro "O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", de 1920, Lenin resumiu esta questão:

"A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e especialmente pelas três revoluções russas do século XX, é esta: para que a revolução tenha lugar, não basta que as massas exploradas e oprimidas tomem consciência da impossibilidade de viver como outrora e exijam mudanças. Para que a revolução tenha lugar, é preciso que os exploradores não possam viver e governar como outrora. É apenas quando 'os de baixo' não queiram mais e 'os de cima' não possam mais continuar a viver da antiga maneira, é somente então que a revolução pode triunfar. Esta verdade se exprime em outros termos: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afetando explorados e exploradores). Assim, portanto, para que uma revolução tenha lugar, é preciso: primeiro, conseguir que a maioria dos operários conscientes (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, refletidos, politicamente ativos) tenha compreendido perfeitamente a necessidade da revolução e esteja pronta a morrer por ela; é preciso em seguida que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que conduza para a vida política até as massas mais retardatárias (o índice de toda revolução verdadeira é uma rápida elevação, a dez vezes mais, do número de homens aptos para a luta política, entre a massa laboriosa e oprimida, até então apática), que enfraquece o governo e torna possível para os revolucionários sua pronta derrubada".

Esta situação, na qual a revolução pode ser vitoriosa, chamamos de *crise revolucionária*.

Podemos tornar um pouco mais precisa esta definição de Lênin, enfatizando três aspectos da crise revolucionária:

a) Em primeiro lugar, a perda de capacidade da burguesia para governar envolve uma decomposição muito avançada do aparelho repressivo do Estado. Isto pode ocorrer como resultado de uma guerra, de um golpe de Estado frustrado, ou de uma greve geral, de um levante operário tão poderoso no plano moral e

político que decomponha politicamente o Exército.

b) Um outro aspecto é a generalização, ou uma extensão bastante significativa, de órgãos de poder operário e popular, isto é, a criação de uma *dualidade de poder*. Se há conselhos populares com os quais uma grande parte dos serviços públicos se identificam, há uma paralisia do Estado burguês (se, por exemplo, os empregados do Banco Central não seguem as ordens do Ministro da Fazenda, o mesmo ocorrendo com outros setores).

c) Em terceiro lugar, na crise revolucionária há uma perda de legitimidade de todas as instituições do Estado burguês aos olhos da grande maioria da classe operária, inclusive de instituições como o Parlamento ou uma Assembléia Constituinte. Os trabalhadores se identificam com a legitimidade oposta dos organismos operários e populares de poder (soviets). Esta perda de legitimidade das instituições do Estado burguês é muito mais ampla do que o desgaste de um governo ou de uma ditadura. Inclui uma descrença inclusive nos mecanismos da democracia burguesa, uma confiança nas formas da democracia proletária. (cf. Ernest Mandel, "O Marxismo Revolucionário Atual").

Uma crise revolucionária, portanto, inclui a existência de uma *dualidade de poder* entre o velho aparelho de Estado e os novos órgãos que surgem. Evidentemente, estes dois poderes são antagônicos, não podem coexistir face a face muito tempo; um enfrentamento deve ocorrer. Nesta situação, os trabalhadores deverão procurar desenvolver e centralizar seus organismos, e aí então, como disse a III Internacional já no seu 1º Manifesto, "opor os soviets ao aparelho governamental da burguesia", opor suas soluções de classe às soluções burguesas.

Para liquidar o Estado burguês, naturalmente, será necessária uma insurreição. Para garantir a centralização necessária e a preparação da insurreição, é evidente que a mera espontaneidade não basta. Espontaneamente, as massas não se organizam segundo um plano estratégico de conjunto; seus diversos setores assimilam desigualmente as lições da experiência. Não pode haver espontaneamente uma compreensão científica da situação.

Assim, durante uma crise revolucionária, a necessidade de um *partido revolucionário* que organize a vanguarda da classe, e possa dirigir as massas, aparece com toda a sua força. Este partido tem obrigatoriamente de ser organizado antes da crise revolucionária, de tal modo que reúna quadros experimentados, tenha um programa elaborado e, pela sua participação nas lutas, pela defesa constante de suas posições, tenha autoridade diante da classe.

AMÉRICA LATINA

A crise das ditaduras e o avanço do movimento operário



Admiração e a emoção que provocam a luta inquebrantável dos operários bolivianos só pode ser comparada com a indignação que produz a conduta covarde e traiçoeira da maioria dos seus dirigentes.

Dando mais uma prova de sua combatividade, os mineiros bolivianos encabeçaram uma greve que acabou pondo de joelhos os militares, obrigando-os a deixar o governo. A insólita via para empreender a retirada foi devolver o poder ao congresso eleito em 1980, contra o qual haviam dado um golpe. Naquela oportunidade, a União Democrática Popular, integrada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda, o PC, o MIR e outros grupos menores, apoiados pelo chefe da Central Obrera Boliviana, Juan Lechin, obteve a primeira maioria eleitoral e o chefe da coalizção, Hernán Siles Suazo, deveria ter sido nomeado presidente pelo Congresso. Mas, um dos incontáveis golpes na Bolívia evitou a posse de Siles Suazo. As forças partidárias que foram derrotadas na eleição, e em especial o MNR de Paz Estenssoro, apoiaram o golpe.

Dois anos depois, o país está dobrado pela crise, com uma dívida externa aviltada e impossível de ser paga, com a inflação descontrolada e o aparelho produtivo à beira do colapso. Como já adiantamos (ver EM TEMPO nº 154), a crise da ditadura argentina, único sustentáculo dos militares bolivianos, fazia inevitável a queda dos narco-traficantes bolivianos. Mas é no momento de maior debilidade da burguesia e dos militares, quando o movimento operário recupera seu fôlego e coloca a ditadura contra o muro, que os políticos reformistas e os pelegos sindicais correm para ajudá-la.

No próximo dia 6 de outubro, está previsto que o Congresso, já recuperado seu poder, escolha a Siles Suazo como presidente. E o senhor Siles não propõe outra coisa se não... fazer um governo de ampla coalizção com os homens que o derrubaram em 1980!! Sequer as forças armadas serão poupadas dessa coalizção porque, segundo um dirigente da UDP, "seria absurdo esquecer que eles constituem um fator real do poder do país, assim como as possibilidades que elas têm,

Bolívia Greve geral derruba ditadura

Confirmando a sua tradição combativa, o movimento operário boliviano impôs importante derrota à ditadura boliviana. Mas as lideranças do movimento já articulam uma negociação com a burguesia e os militares golpistas.

como instituição, de contribuírem ao desenvolvimento".

De maneira que o operariado boliviano está sendo, mais uma vez, traído desavergonhadamente.

Recusar o caminho da conciliação

Resulta claro que a manobra dos militares consiste em desmobilizar os trabalhadores para recompor suas fileiras e contra-atacar. Não é necessário insistir com dados e exemplos para concluir que a crise econômica é irresolúvel e que a democracia, mesmo na caricatura burguesa, é impossível no quadro econômico, político e social da Bolívia. Fazer um governo com os golpistas e os próprios militares, não pode ter outro sentido (nem outro resultado) que dar fôlego aos assassinos, permitir-lhes sair da encruzilhada na qual foram fechados pelos trabalhadores e ganhar o tempo necessário para dar um novo golpe, mais sangrento que os anteriores.

No entanto, não parece evidente que os trabalhadores aceitem tranquilamente que se enfie uma faca nas suas costas. Eles

O período recente mostra um aprofundamento da instabilidade das ditaduras e traços novos na conjuntura do movimento operário. Uma realidade que tem certamente enorme influência sobre a luta dos trabalhadores brasileiros.

Argentina

Operários na rua, militares em retirada

Com a manifestação do dia 22 de setembro, os trabalhadores argentinos deram um significativo passo em frente. Mais de 20 mil pessoas (alguns estimam até 40 mil) foram à Praça de Maio, para reclamar "Paz, Pão e Trabalho". A concentração foi convocada pelo setor da CGT conhecido como "Brasil" (pela rua onde fica a sede), uma das duas frações em que a burocracia mantém dividida a tradicional estrutura operária. A outra fração da CGT, que nasceu patrocinada pela ditadura, tinha marcado uma greve geral por 24 horas para o dia seguinte.

O governo, consciente do caráter explosivo da situação, e mostrando nitidamente que estão as relações de forças hoje no país, se dispôs a fazer as maiores concessões para evitar a concentração do dia 22 perante a casa de governo e a greve geral no dia seguinte. O presidente Bignone ofereceu mais um aumento de salários (antes mesmo que o aumento anterior fosse cobrado) e mais dois pontos: devolução da obra social aos sindicatos e normalização dos maiores sindicatos do país, hoje em mãos de interventores militares, nos próximos 60 dias.

A CGT "Azopardo" suspendeu a greve em troca dessas concessões. Mas a CGT "Brasil" manteve a convocação, ganhando uma partida dupla. A ditadura viu-se obrigada a permitir a manifestação e, assim, em perfeita ordem, sem um só preso, o povo conseguiu cantar nas barbas dos governantes: "Pardon, Pardon, para los militares que vendieron la Nación". (Lembre-se que a consigna oficial queria se limitar a "Paz, pão e trabalho").

Do ponto de vista da política imediata, a concentração indica com clareza que os militares empreenderam a retirada forçada marcando a inevitável dinâmica do próximo período (que

se manterá com independência de eventuais mudanças de chefias militares).

A devolução dos sindicatos e das obras sociais nas atuais condições sanciona o total e absoluto fracasso da burguesia e seus militares, que tinham precisamente como centro dos seus objetivos durante esses sete anos de carnificina a reversão definitiva das relações de forças perante o operariado, sobre a base de destruir a estrutura sindical tradicional, debilitar ao máximo o papel social e político dos sindicatos e, finalmente, criar uma nova direção burocrática, que não oferecesse os perigos que a antiga burocracia apresenta para os governos burgueses. Na semana passada, assim, conformou-se que a etapa histórica que se procurou fechar em 10 mil mortos, 15 mil presos e 30 mil desaparecidos, não só continua em vigência, mas avançou em vários sentidos que não é o caso de analisar aqui. Esta comprovação, que por sua vez coloca aos derrotistas no lugar que lhes corresponde, deve ser o ponto de partida para qualquer análise da evolução política no imediato e a médio prazo, assim como para determinar os objetivos dos trabalhadores revolucionários e as formas a adotar para atingi-los.

Os traços da nova situação

A suspensão dos pagamentos da dívida externa (que atinge 40 bilhões e cobra juros anuais iguais a dois terços das exportações), uma inflação que está na ordem de 500% ao ano e a impossibilidade de sair da recessão, configura o quadro no qual o capital deve manejar a transição da ditadura esgotada para um novo regime que, no mínimo, conte com alguma base de apoio social e político.



golpistas. Com ou sem encurtamento dos prazos, com ou sem remanejamentos na cúpula do poder, o curso mais provável da situação é o da marcha para as eleições.

A experiência do partido independente

No entanto, a crise econômica e política do país não se solucionará com um ato eleitoral. E os partidos da burguesia não têm outra proposta que a óbvia para sair da encruzilhada: fazer com que os operários e pequenos produtores paguem a crise. Não há razão alguma no quadro interno ou internacional para imaginar que a espiral da crise vai se deter no próximo período. De maneira que os trabalhadores enfrentam uma alternativa de ferro: aceitam a continuidade da repressão e a miséria crescente ou se dispõem a governar eles mesmos. Sem lugar para a menor dúvida, pode-se afirmar que o movimento operário não espera nada de suas antigas direções políticas e sindicais. Nenhum dos dirigentes do peronismo oficial tem sequer um mínimo de respeito de parte dos trabalhadores. Sem vacilação, também, há que dizer que o peronismo oficial é a única via de expressão política hoje para os operários e as camadas médias superexploradas.

Além disso, a cada dia os jornais publicam denúncias de pessoas que sempre foram indignas mas que hoje o são publicamente, se acusando uns aos outros de crimes, roubos e imoralidades de todo tipo. A desagregação social está atingindo limites desconhecidos no país e ninguém mostra a capacidade de deter esse processo demolidor.

As forças armadas estão mais do que divididas, desagregadas. Não há frações mas anarquia, indisciplina, falta total de confiança e respeito nos comandos. A evidência pública da corrupção, a brutalidade assassina mas sobretudo a incapacidade vergonhosa dos chefes, puxa de um lado para converter essa anarquia em enfrentamentos armados entre os próprios militares e, por outro, o impede pela falta de qualquer hegemonia entre os grupos internos. A situação social mantém-se como um pano de fundo que adverte aos eventuais golpistas sobre as possibilidades de descontrolo total em caso de queda do atual equilíbrio. A burguesia e seus partidos, consciente de que as forças armadas não necessariamente vão operar na conjuntura com o tato e a inteligência política necessários, se limita a sustentar Bignone e defender uma "democratização".

A voz mais ouvida nos últimos dias propõe adiantar as eleições para fechar o caminho aos

primeiro momento, só podiam se apoiar na igreja e na oposição burguesa. A partir daí começaram a se desenvolver lutas democráticas, independentes e de caráter popular.

— Pode nos dar um exemplo destas lutas?

Andrés: A ação mais espetacular é a dos sem moradia, que começou há dois anos. A ocupação de terrenos na periferia de Santiago e das principais cidades do país tem se multiplicado. Podemos pegar numerosos outros exemplos de lutas que se desenvolvem através de organismos não reconhecidos legalmente, como o Comitê de defesa dos direitos do povo, associações de moradores, organizações de mulheres ou, no plano da luta reivindicatória dos trabalhadores, a Coordenação Nacional Sindical (CNS). Em seguida, houve, nos últimos meses, greves muito duras, como a da mina de cobre de El Teniente, nos principais portos do país ou na grande indústria têxtil Panal...



Chile A retomada das lutas operárias

O Chile foi duramente golpeado pela crise econômica mundial. Ela aprofundou o desgaste da ditadura que perdeu a maior parte de sua base de sustentação social. A dívida externa é hoje de 1.700 dólares por habitante, a maior do mundo per capita. A partir daí, houve uma reativação do movimento operário e popular e fortes choques entre facções da burguesia.

Uma dura luta se trava entre os adeptos de uma política monetarista, ligados ao grande capital financeiro e os ministros "nacionalistas" (e direitistas), que fazem eco aos reclamos dos industriais. Em abril, os monetaristas foram afastados dos ministérios da área econômica e substituídos por militares "nacionalistas", que por sua vez caíram na recente reforma de gabinete.

Para uma melhor compreensão da situação política no Chile e a natureza do processo de reorganização do movimento operário-popular, publicamos, a seguir, uma entrevista com o secretário geral do Movimento de Izquierda Revolucionária

(MIR), Andrés Pascal Allende, concedida a Jean Pierre Beauvais.

— O Chile conhece atualmente uma crise econômica de uma excepcional gravidade. Para a ditadura, que pretendia lançar as bases de um "novo desenvolvimento", deixando desenvolver-se livremente as leis do mercado, não é uma derrota muito grave?

Andrés — A ditadura de Pinochet é, antes de tudo, a expressão da aliança entre os militares e os setores da grande burguesia ligada a alguns grandes grupos financeiros do país. Estes setores são totalmente integrados aos mecanismos de exploração imperialista. Eles impuseram um modelo que acentuou a dependência da economia chilena. As consequências foram consideráveis. Em primeiro lugar, um processo extremamente rápido de centralização e concentração do capital. Em seguida, uma profunda reestruturação em torno do desenvolvimento prioritário de uma economia exportadora de matérias-primas e de alguns produtos que poderiam

ser competitivos no mercado internacional. Isto significa uma redução do mercado interno e uma política de superexploração crescente do trabalho. Os magros resultados alcançados no final dos anos 70 estavam muito distantes das expectativas; em particular, esperava-se um grande fluxo de capital estrangeiro. Muito pouco entrou no país. Houve muitos créditos de bancos privados americanos, mas poucos investimentos. A partir do segundo semestre de 1980, os efeitos da crise econômica mundial atingiram em cheio o Chile.

Depois nós conhecemos uma recessão profunda que, progressivamente, afetou o conjunto do aparelho econômico. Daí resultou um desemprego que atinge hoje a cerca de 25% da população ativa. Se considerarmos as famílias, significam quatro milhões de pessoas sem renda na população de 11,5 milhões... Um desastre. E a isto se soma a queda do poder de compra dos salários e a eliminação, pela ditadura, de todas as conquistas sociais, fruto de dezenas de anos de lutas do

movimento operário. O recuo do sistema educacional é um exemplo; ele foi, em boa parte, privatizado. Em outra área, a supressão da maior parte dos programas de habitações populares criou uma crise sem precedentes: há um déficit de 800 mil moradias no país...

— Os setores populares são, evidentemente, os mais afetados. Mas e ao nível da pequena e média burguesias que apoiaram, parcialmente, o regime nos anos imediatamente posteriores ao golpe de estado?

Andrés: Atualmente a pequena e média burguesias são gravemente afetadas pela crise. E numerosos setores que, efetivamente, constituíram uma base de apoio social da ditadura opõem-se agora a ela. O caso mais espetacular é o dos caminhoneiros, que foram agentes ativos do golpe de estado. Sua associação está agora na oposição e, até mesmo, o seu dirigente esteve na prisão... Este gênero de oposição não se exprime através de agremiações políticas, mas através de associações e organizações profissionais.

— Qual é neste contexto, a orientação da democracia-cristã que foi a principal formação política burguesa sob a Unidade Popular?

Andrés — A política de conciliação com a ditadura da direção democrata cristã é por demais conhecida. Depois da morte de Eduardo Frei, tem havido um relativo vazio de direção. Isto tem facilitado o fortalecimento dos setores que, no seio da DC, são hostis a esta política de conciliação.

— Passaram-se quase nove anos desde a derrota de setembro de 1973. Qual é atualmente o estado de espírito das massas chilenas?

Andrés: O período de refluxo mais profundo durou até 1976. Mas é o ano de 1978 que marcou a verdadeira guinada. Foi quando começou o processo de recuperação. Depois deste ano, podemos falar de uma reativação crescente, progressiva, do movimento de massa. Antes dominava o medo. Hoje tudo mudou. A repressão está sempre presente, mas o

medo desapareceu. As pessoas não exitam em exprimir suas críticas, em manifestar a sua oposição.

— Como se exprime esta reativação do movimento de massa?

Andrés: O mais importante é compreender que se trata realmente de um novo movimento de massa. O movimento operário, o movimento popular chileno, se formou através de décadas de luta, num quadro fundamentalmente legal. A derrota e a ditadura transformaram este quadro. Outras formas de luta e de organização se tornaram necessárias e teve-se que passar por um longo processo de aprendizagem, do qual cada combate, cada movimento parcial, constituíram um momento.

Este aprendizado foi feito, inicialmente, no quadro das estruturas sindicais toleradas pela ditadura ou das estruturas erigidas pelo regime e que permitiam a expressão mínima de reivindicações. Foi, em seguida, feito nas mobilizações e greves que, num

Israel promove massacre

Cenas inesquecíveis de horror

Nos campos de refugiados palestinos de Chatila e Sabra, as tropas do fascista Amin Gemayel massacraram homens, mulheres e crianças indefesas com o patrocínio de Israel e o silêncio da Síria.

Nas ruas de Tel Aviv, trezentas mil pessoas protestam.

Por Jayme Briner

Nas últimas semanas, o mundo estupefocado contemplou mais um massacre de populações indefesas nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. O exército israelense, "guardião" destes campos, abriu as portas para que os gangsters de Amin Gemayel e do major Saad Haddad provocassem um enorme "pogrom", sem qualquer represália por parte da Síria. A televisão mostrou a todo o mundo imagens inesquecíveis: "bulldozers" arrastando corpos contra as paredes enquanto braços e pernas se lhes escapavam pelos cantos. Em meio aos destroços de Beirute vai emanando a essência do plano de Begin/Reagan para a região: eliminado o grande foco de resistência, a OLP, os combatentes palestinos e libaneses progressistas, instalar um estado dócil no Líbano, com os sátrapas de Gemayel à testa. Passo a passo também, vai ficando claro que a resistência síria e dos demais estados burgueses árabes a este projeto é praticamente nula. A eles também interessa um movimento palestino submetido a seus interesses, atado à sua "ajuda".

No entanto, além do cheiro da morte espalhado pelo ar este massacre deixou outras marcas profundas na escalada do "duo" Begin-Sharon rumo à "Grande Israel". Enquanto numerosos elementos comprometidos com seus planos iniciais, como o ministro Ytzak Berman e principalmente o odiado governador militar dos territórios ocupados, Menahem Milson, renunciavam, como ratos a abandonar um navio que afunda, diversos setores da sociedade israelense iam às ruas exigindo a apuração deste crime.

O fio da meada não está nem nas ruas destruídas de Beirute nem nas praças de Tel Aviv, mas no parlamento israelense. Pressionado a todo momento pela oposição trabalhista que esforçava-se para demonstrar à opinião pública pacifismo e dignidade, Ariel Sharon, arquiteto do massacre, entregou o jogo: "e vocês, trabalhistas, onde estavam quando do massacre levado à cabo, conjuntamente por sírios e falangistas libaneses contra o campo de refugiados palestinos de Tel Zaatar, em 1976?". "se não concordam com nossas atitudes, por que nos apoiaram

na invasão ao Líbano?". Caiu a máscara.

Começa a ficar claro para toda a população israelense que o fundo desta política de terra arrasada não está na "loucura", ou na "obsessão" de Begin, mas vem de muito longe. Os senhores trabalhistas de Shimon Peres, hoje enojados pelos massacres, durante os trinta anos em que estiveram no poder, levaram à frente a política ditada de Washington: manter Israel como policial imperialista na região, com a missão de deter o avanço do movimento nacional árabe e do movimento palestino, tratando os palestinos não como um povo, mas como um bando de terroristas.

O fato de estar à frente do governo a "troupe" Begin ou nossos gabosos trabalhistas amplia o grau de aplicação desta política, mas a essência é a mesma. Israel só conta com o irrestrito apoio americano por resguardar os interesses dos EUA na região.

As declarações de Sharon tiram o véu do caráter do estado de Israel. E confirmando nossas palavras, o máximo que os trabalhistas fazem para "deter" esta política é pedir uma "Comissão Parlamentar de Inquérito". Ora, isto adianta muito pouco para os milhares de inocentes assassinados a cada momento. É necessário que fique claro a todos, principalmente para o movimento "Paz Agora" — que desempenha um papel fundamental na oposição à política de Begin, mas mantém laços profundos com o trabalhismo — que o fim de Israel como estado policial não se dará mediante novas eleições e um novo primeiro-ministro trabalhista, mas mediante a ruptura de laços com o imperialismo americano.

A paz na região está nas mãos dos trabalhadores árabes e israelenses. Para isso é imperiosa a união de suas lutas pela paz. É fundamental que seja exposta às massas a verdadeira política dos estados burgueses árabes e das direções políticas israelenses. Aos senhores trabalhistas, piedosos sionistas de esquerda ou socialistas dos cafés de Tel Aviv: destampem seus narizes, aspirem o odor do sangue derramado e o levem consigo para sempre, impregnados pela morte que ajudaram a espalhar.



Alemanha

A crise da social-democracia

A crise do capitalismo cobra à burguesia alemã todas as concessões feitas ao proletariado em nome da "paz social". É a social-democracia em crise profunda.

A concordata da Telefunken, antes ainda da dissolução da coalizão social-democrata liberal, indica um momento de inflexão no capitalismo alemão. Lentamente os grandes trustes alemães, tradicionais exportadores de equipamentos e de tecnologia foram perdendo suas vantagens comparativas no mercado internacional para os japoneses e quando a crise econômica mundial estreita drasticamente os mercados consumidores, a lei de ferro do capitalismo cobra à burguesia alemã todas as concessões já feitas ao proletariado em nome da "paz social".

A coalizão arrebenta quando seu motor mais diretamente ligado à burguesia — os liberais — apresentam um plano econômico de austeridade impossível de ser engolido a frio pelos dirigentes social-democratas, com responsabilidades sindicais e enfrentando uma ala esquerda em seu partido. Parece ser mais interessante aos social-democratas "passar a crise na oposição" evitando o desgaste de ser governo e preservando a liderança tradicional majoritariamente de direita e perdendo o menor número possível de quadros sindicais para posições mais combativas.

Mas a formação de um ministério de direita na Alemanha esbarra num problema técnico:

sua Constituição Federal obriga que todos os partidos representados no Parlamento tenham um mínimo de 5% dos votos válidos. Primitivamente, essa restrição fazia com que os partidos de esquerda perdessem o direito à representação proporcional. Hoje atrapalha os planos da elite política alemã, já que os liberais precisam manter uma votação popular acima de sua capacidade atual, quando a sua posição de terceiro partido e fiel da balança de poder fica ameaçada com a polarização do eleitorado entre uma direita raivosa, uma social-democracia desgastada e o nascente "movimento verde" que se robustece em torno das questões ecológicas e da luta contra o armamentismo e a instalação dos mísseis americanos.

Mudanças no campo internacional

Por aí corre o debate em torno de se realizar ou não eleições antecipadas para o Bundestag: as maiores possibilidades são de uma vitória absoluta dos social-cristãos de direita, que então teriam condições de formar um gabinete puro, a sobrevivência dos liberais e a consequente formação de um gabinete de coalizão desses com a direita, num processo

que não seria indolor, implicando talvez num racha deste último. Menos provável é a vitória absoluta dos social-democratas, em que ninguém aposta, ou com menos possibilidades ainda, a formação de uma maioria parlamentar dos social-democratas com os verdes — hipótese bastante remota se considerarmos que todo o crescimento desses novos parceiros da grande política alemã se fez na crítica aos social-democratas.

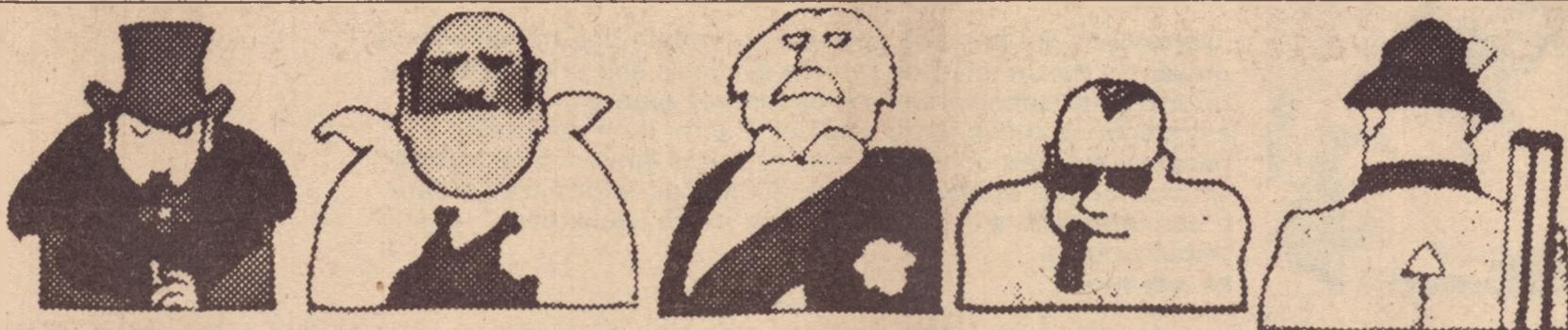
A radicalização provável

No campo internacional, um governo alemão de direita estaria mais à vontade para aplicar a estratégia armamentista da OTAN, dobrando policialmente a contestação interna. Mas a maior mudança seria em relação à política adotada pela II Internacional nos países da América Latina. Sua estratégia de fomentar movimentos simpáticos à sua causa entre partidos burgueses-populistas da América Latina perderia o grande encanto de ter por trás o terceiro país capitalista do mundo. A estratégia ultradireitista de Reagan ficaria mais desimpedida, quando dificilmente a social-democracia francesa ou espanhola poderão fazer frente — ou terão interesse — à ofensiva do imperialismo americano.

A social-democracia alemã, que foi majoritária no governo de 1969 até agora passou recentemente por uma prova de fogo, o seu Congresso Nacional em abril. Sua ala esquerda, que vinha crescendo regularmente no compasso do movimento anti-armamentista e ecologista sofreu uma enorme derrota em todas as frentes. Apesar de conquistar posições bastante sólidas em organismos regionais, foi batida politicamente pela direção Brandt-Schmidt. Ao colocar no eixo de sua intervenção a questão do anti-armamentismo, deixou campo aberto para as teses econômicas da direção — que assim apareceu para a maioria indecisa dos quatrocentos delegados como uma equipe sólida, mais realista e crível do que seus contestadores.

Apesar da derrota a nível federal, e das lições que devem ser tomadas daí — principalmente a da formulação de uma clara política de emprego a partir do aumento do consumo social — deve-se ter em conta uma radicalização do operariado se a provável coligação direitista tomar o poder e aplicar a sua política de austeridade. E esta onda encontrará um número de militantes não comprometidos com a burocracia sindical e governamental bastante razoável já dispendo de espaço dentro do partido. (R.G.)

O MOVIMENTO SINDICAL E A CRISE



A burguesia promete guerra

Os trabalhadores que se cuidem, pois as coisas pro nosso lado vão de mal a pior. E pelos ventos que sopram, a tempestade que se anuncia para depois das eleições é das bravas.

Por Régis Moraes

A crise atravessada pela economia brasileira, como aliás por toda a economia capitalista, anuncia, visivelmente, uma grande ofensiva de "austeridade", um pega-prá-capar dos capitalistas prá cima dos assalariados. As ameaças de revisão dos reajustes semestrais, dos 10% para os salários menores, de novos pacotes da previdência são apenas o começo. Como diz o dirigente da FIESP, Nildo Masini, "depois das eleições será pior". Os economistas da Fundação Getúlio Vargas não deixam por menos: argumentando que serão necessários "sangue, suor e lágrimas", eles recomendam ajustes profundos na política econômica como "por exemplo, mudança nos cálculos de reajuste de salário" (*Gazeta Mercantil*, 23/9). As recentes medidas, para controle da dívida externa e da fuga de dólares, além das restrições às importações prometem, com o objetivo de obter um balanço comercial favorável, uma recessão do setor privado e contenção do setor público. O reflexo disso sobre o nível de emprego e sobre o custo de vida é evidente.

Somem-se a isso as receitas de alguns empresários, como o conhecido Mario Garnero, recomendando que a indústria brasileira imite a do sudeste asiático, já conhecida do leitor do *Em Tempo* (ver matéria sobre a zona franca, em nossa edição anterior), ou a profecia de W. Sauer, cabeça da Volks, que simplesmente propõe uma agrarização do país e um aperto de cintos para exportar. (*Gazeta Mercantil*, 23/9 e *Folha de São Paulo*, 26/9).

Poupar igual a investir?

A burguesia procura apresentar a crise como um problema de penúria e pobreza "do país" e não como consequência do capitalismo, como crise de superprodução. A velha ladainha de que "salário demais corta os investimentos e sacrifica empregos" reduz os fundos da sociedade a dois destinos: o consumo ou o investimento. Ora, na verdade, falta aí um terceiro fundo, aquele representado pelos gastos improdutivos (administração pública, gastos militares, manutenção da classe dominante e seus lacaios, gastos de

distribuição e venda gerados pela anarquia capitalista, especulação, entesouramento, etc).

Além do mais, é falso identificar investimentos produtivos com criação de empregos. Grande parte dos investimentos novos são investimentos de "racionalização", não criando novos empregos na mesma proporção em que destroem outros, principalmente num país como o Brasil, que utiliza muitos equipamentos e meios de produção comprados (graças a empréstimos condicionados) no exterior, endividando-se.

O "Pacto" outra vez

Um outro argumento — que se junta freqüentemente a esse, e não é mencionado apenas pelos empresários, mas também pelos reformistas — é que se trata de escolher o "mal menor", apertando os cintos para salvar a "democracia", evitando uma polarização que impeça a "abertura". O vice-presidente do Unibanco, Marques Moreira, antevendo que, após as eleições, a inflação, direcionamento dos investimentos e a "questão social" trariam problemas, prega, novamente, sua tese de "pacto social", agora chamada de "mutirão social" para eleger prioridades: "este momento difícil deve ser suportado de forma equânime por toda a sociedade. Este acordo serviria de lastro a uma nova realidade política".

O empresariado já disse mais de uma vez e agora repete, por intermédio do ex-ministro Rischbieter, que, para arrancar essa concessão das massas assalariadas, precisa estimular o surgimento de "lideranças responsáveis" (anti-lulas, em suma), mesmo que isso signifique conceder-lhes alguma margem de manobra para mobilizações controladas sobre aspectos menores de reivindicações trabalhistas. Até mesmo o surgimento de uma articulação nacional dos sindicatos, devidamente domesticada por pelegos e reformistas, não está fora de cogitação.

Restam algumas perguntas. Em primeiro lugar, a classe operária não sofreu derrotas decisivas e desmoralizantes. Mas está na defensiva e, além do mais, a hegemonia dos aparelhos sindicais burocratizados e freiado-

res não foi quebrada pelo surgimento de novas vanguardas operárias. Estas, são ainda inexperientes na articulação intersindical e nas respostas a problemas mais ou menos novos, como fechamento de empresas, dispensas em massa etc. A necessidade de respostas políticas globais à crise ainda não é percebida com clareza.

A unificação das campanhas

Tomaremos como conclusão que se trata de evitar os combates defensivos e localizados, limitando-nos à propaganda de que "só o socialismo resolverá nossos problemas". Nada mais errôneo. Os combates gerais têm, como nasceram, combates parciais bem sucedidos.

Para milhões de trabalhadores paulistas, por exemplo, abre-se agora um período de campanhas salariais. Muitas delas tem datas-base próximas ou mesmo coincidentes. É o caso de grandes categorias como os metalúrgicos da capital, Osasco, Guarulhos, químicos e outras categorias menores, como marceneiros, vidreiros, coureiros etc. É necessário e possível que se encaminhem ações conjuntas, no sentido de pressionar os patrões e o governo, por uma série de reivindicações comuns, tais como: piso salarial, estabilidade, comissões de fábrica, passe do trabalhador.

É necessário que esses sindicatos e a comissão estadual pró-CUT encaminhem contatos para planejar essas manifestações, que podem ir desde passeatas e concentrações diante da DRT e da FIESP, até uma greve conjunta no mesmo dia. A disposição demonstrada pela classe operária, nas lutas dos últimos meses e nas assembleias, além do momento oportuno (agitação pré-eleitoral), fazem disso uma possibilidade muito grande. A unidade de ação nesses enfrentamentos prepara o campo para a construção de uma verdadeira central única dos trabalhadores. E é uma chance que pode não se repetir por muito tempo. Substituí-la pode ser um passo decisivo para tornar irreversível, aí sim, um pacto social imposto sobre a desorganização e divisão dos trabalhadores.

Este filme nós já vimos

Depois da morte do general Franco (1975), o primeiro ministro espanhol Adolfo Suárez põe em prática seu projeto de "abertura política". Para consegui-lo, porém, necessitava impor uma política de austeridade, que obrigasse a classe operária a pagar os custos de remodelação da economia em crise. Os sindicatos e os partidos de oposição — PC e PS — aceitam "dividir os sacrifícios", sob o argumento de que se reduziria a inflação e os empresários seriam estimulados a investir, recuperando o crescimento econômico.

A divisão sindical, estimulada pelo governo, a "domesticação" da esquerda hegemônica (PCE, PSOE), criam algumas das condições necessárias ao desarmamento da oposição operária e à imposição do "Pacto de la Moncloa", assinado em 1977, onde se trocavam sacrifícios por promessas. Depois, novos acordos são assinados, aproveitando da divisão entre as centrais sindicais. No ano de 1982, além de vantagens para as empresas, os salários serão reajustados 2 pontos abaixo da inflação, em troca da promessa do governo de recompor os 350 mil empregos provavelmente destruídos no correr do ano.

Os detalhes da operação, que é extremamente "instrutiva", publicaremos em outra ocasião. Importante, contudo, é verificar os resultados dessa política do "mal menor": 761 mil postos de trabalho perdidos entre 1978-80, sem contrapartidas. Em fins de 1979, perto de 12% da população ativa estava desempregada. Quanto aos frutos políticos, a taxa de sindicalização baixou, para as Comisiones Obreras (CCOO), central sindical hegemônica pelo PCE, de 2 milhões (1978) para 500 mil (1981). E a CCOO, que tinha condensado a nata dos operários combativos no período franquista, foi alcançada e superada nas eleições sindicais pela social-democrata UGT, de militância inexpressiva na época ditatorial e, atualmente, colaboradora no plano de restauração capitalista. (R.M.)

Assine EM TEMPO:

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00

Assinatura anual Cr\$ 1.200,00. Cheque à
Editora Aparte. Rua Francisco Leitão, 57
- Pinheiros - CEP 0541 - São Paulo

PERSPECTIVA
Internacional



A estratégia da traição

Derrotados em plenário pela grande massa dos trabalhadores presentes na Conclat, os setores sindicais sob orientação dos reformistas, trabalharam nos bastidores para impor sua estratégia no movimento sindical. E criar uma comissão nacional sob seu controle e nos estreitos limites da estrutura sindical oficial, apoiada em confederações reformadas e abrir o caminho para a imposição de um pacto social aos trabalhadores.

Por Paulo Skromov

As resoluções da reunião realizada pela maioria da extinta comissão nacional pró-Cut em 11 e 12 de setembro procuram consagrar o caminho divisionista aberto por Magri e José Francisco, e romper a dinâmica positiva do movimento pela CUT iniciado na Praia Grande em 1981. Visam, assim, criar as condições para a hegemonia da burocracia sindical no processo em marcha de centralização do movimento sindical brasileiro.

Sempre foi notória a contrariedade com que a burocracia sindical e os reformistas vêm encarando a dinâmica do movimento pela CUT iniciado na I Conclat. Para essa gente, o processo tem sido excessivamente principista, democrático e, sobretudo, vem ameaçando a continuidade de seu espaço vital: a estrutura sindical corporativista.

As resoluções da espúria reunião de 11 e 12 de setembro tentam revalidar os velhos conceitos e critérios cupulistas e de submissão à estrutura sindical que pareciam definitivamente condenados a partir da I Conclat. A coerência e determinação das resoluções tiradas nessa reunião, sem a mínima dose de legitimidade, refletem a disposição da burocracia sindical e do reformismo em hegemonizar a qualquer preço o movimento sindical do país.

O que exaspera esses setores é a iminência de um período de confronto mais agudo entre os trabalhadores e a ditadura a partir de 15 de novembro quando as medidas anti-populares já engatilhadas começarem a ser implementadas. Sua preocupação é de que o desencadeamento desse quadro confliti-

vo ocorra antes que eles estejam preparados para poderem falar em nome de todo o movimento sindical e ponha a perder nesse caso a viabilização do seu tão caro "pacto-social" com o empresário e a ditadura.

A estratégia em detalhes

Cada um dos 17 pontos do documento de resoluções da reunião do dia 11 e 12 de setembro são cuidadosamente medidos para assegurar que o processo de centralização do movimento sindical não escape ao controle, mantendo-se nos estreitos limites da estrutura sindical corporativa. A recomposição da comissão nacional pró-CUT poderá ser feita por plenárias de dirigentes sindicais em cada estado. Além disso, o presidente da CONTAG, José Francisco, passa à condição de membro nato da comissão nacional, bem como todo dirigente de confederação, federação ou associação de nível nacional, sem que seja necessário passar por qualquer debate nos estados. Este processo de "recomposição" da comissão nacional deverá estar concluído até o dia 21 de novembro (sete dias depois

das eleições...) e onde isso não for encaminhado poderá ser feito por 20% das entidades sindicais do estado! Ou seja, nos estados onde as comissões eleitas pelos Enclats se recusarem a aceitar o golpe, os pelegos e reformistas "intervirão", criando uma segunda Inter-sindical.

Enquanto esse processo está em curso, a maioria da comissão nacional autoriza os seus mandatos, que se "extinguem" dia 28 de novembro, quando a "nova" Comissão Nacional será empossada. Para essa nova comissão, a reunião do dia 11 e 12 indica as tarefas: marcar a data do Conclat, definir seu temário, regimento, local, preparação das teses e critérios de participação. E faz a indicação de uma data provável: agosto de 1983!

Essa data também não é um acaso mas faz parte da estratégia mais geral de submeter o movimento nos estreitos limites do corporativismo sindical. No início do ano, teremos as eleições da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria — CNTI — que conta com uma chapa de "oposição" articulada

a partir do Departamento Nacional dos Metalúrgicos e dos Eletricistas, que nada mais é do que uma articulação de Joaquinão, Hugo Perez e companhia.

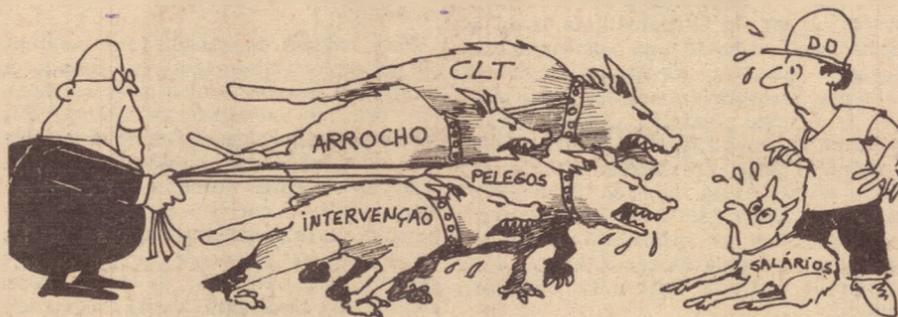
Um golpe inaceitável

Uma comissão nacional sob o controle dos pelegos e reformistas, apoiada numa CONTAG e CNTI reformada e em alguns governos estaduais nas mãos da oposição burguesa é a estratégia dos reformistas e de setores do patronato e da ditadura para imporem um pacto social aos trabalhadores.

Submeter-se às resoluções da reunião do dia 11 e 12 de setembro significa aceitar essa estratégia e dar por encerrado o processo de organização sindical independente aberto com a I Conclat. Significa também aceitar a estratégia de desarmamento dos trabalhadores no enfrentamento à crise econômica pelo isolamento de suas direções combativas.

É urgente que o movimento pela CUT se rearticule, rejeitando essas manobras traidoras e reafirmando os princípios da democracia de base, unidade, liberdade e autonomia sindical, consagrados na I Conclat, única forma de preparar a classe trabalhadora para resistir aos alarmantes planos da ditadura para o após 15 de novembro.

A ampla maioria das 1200 entidades que participaram da Conferência da Praia Grande está confusa e atônita com a desconcertante sucessão de golpes e traições e espera a articulação de uma resposta democrática e unitária na qual se retome, com plena legitimidade, em marcha acelerada, a reconstituição do movimento por uma Central Única dos Trabalhadores.



Aos companheiros da cidade e do campo

Negando-se a compactuar com o golpe da maioria da comissão nacional pró-CUT sobre o movimento, dirigentes sindicais de expressão nacional e inquestionável representatividade retiraram-se da reunião do dia 11 e 12. Eis aqui os principais trechos do documento destes sindicalistas.

A situação de arrocho e de controle sobre os trabalhadores

1. A unidade dos trabalhadores é o objetivo que todos nós queremos e lutamos para alcançar. Com a unidade dos trabalhadores é que poderemos fazer valer os nossos direitos e enfrentar as investidas dos patrões e do governo. Somente a unidade de todos os trabalhadores é que poderá fazer frente aos problemas que massacram os explorados e oprimidos desse país. Os patrões e o governo continuam a arrochar os trabalhadores, impondo um cerrado controle (...)

2. Este quadro de exploração e controle sobre as classes trabalhadoras deverá se intensificar daqui para frente com novas medidas de arrocho e novas formas de controle. As demissões em massa vão continuar e provavelmente se intensificar, a extinção do reajuste semestral está sendo exigida pelos patrões e o governo, a concentração da terra no campo está se intensificando nas mãos de poucos, as novas formas de aumentar a exploração estão sendo implantadas nas grandes fábricas (...)

Tudo isto aponta para uma intensificação do arrocho e do controle político sobre os trabalhadores da cidade e do campo: velhos ou "renovados" governos do sistema continuarão pedindo aos trabalhadores que apertem os cintos, que tenham mais um pouco de paciência, que façam mais uma vez um pouco de sacrifício, que trabalhem mais que

produzam mais e que se contentem com um salário de fome (...)

3. Companheiros, este é o quadro que vamos enfrentar de forma mais aguda daqui para frente. É por isso mesmo que nossa unidade, em torno de nossas lutas, é fundamental. É por isso que não podemos interromper o processo, que já começamos, de construção de nossa CUT. É por isso que não podemos deixar que o movimento sindical da cidade e do campo seja controlado e travado pelos que têm como ponto de partida da organização dos trabalhadores a estrutura sindical reforçando assim, as federações e confederações e mantendo um rígido controle sobre os sindicatos (...)

O exemplo mais claro disso é a reunião do dia 11 e 12 em Brasília (...)

E para alcançar esse objetivo eles estão se utilizando mais uma vez da velha estrutura sindical implantada há 40 anos

com a função precisa de amarrar e controlar a força dos trabalhadores.

4. Contudo, companheiros, os trabalhadores sempre conseguiram dar uma resposta tanto aos patrões que exploram, aos governos que reprimem e aos que se prestam como instrumentos de controle dos trabalhadores. Através das lutas e das novas formas de organização independentes e livres os trabalhadores estão conseguindo rebater a todos esses. E nos últimos anos foram dadas muitas provas disso: estão aí as muitas greves de operários, estão aí as conquistas de terra feitas pelas próprias mãos dos trabalhadores rurais (...)

5. Companheiros, o avanço de nossa organização está se dando e vai continuar se dando nas lutas concretas em cada região, em cada Estado, em cada categoria. Contudo para responder hoje aos problemas que já estão colocados e

aos que virão, precisamos dar um passo rumo à construção de nossa CUT. É essa CUT só sairá por vontade dos trabalhadores, pela sua capacidade de luta, pela sua consolidação na organização de base. É a continuidade desse processo que precisamos agora garantir em todos os níveis: nas categorias, nas regiões, nos Estados e a nível nacional. Nosso empenho será dar encaminhamento a esse processo, tendo como referência nossas lutas e nossas organizações pela base. O controle desse processo deve estar nas mãos dos trabalhadores através de mecanismos democráticos criados pelos próprios trabalhadores. E quando existem mecanismos que não respeitam a democracia dos trabalhadores devemos ter clareza da necessidade de passar por cima deles e de criar novos mecanismos que garantam nossos interesses e a democracia que nos interessa.

Uma breve história da comissão pró-CUT

1. Em agosto de 1981, na Praia Grande, nas Colônias de Férias dos Sindicatos de Trabalhadores, reuniram-se 5.200 delegados de todo o Brasil, representando 1.200 sindicatos da cidade e do campo. Foi a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a Conclat (...)

Nesta Conferência foi eleita uma Comissão Nacional de 56 sindicalistas de todo o Brasil com a incumbência de encaminhar o plano de lutas aprovado e de organizar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em agosto de 1982.

2. No começo deste ano, a partir de uma carta do Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, enviada a todos os sindicatos do Brasil, começou uma discussão no movimento sindical sobre a realização do Congresso em 1982. A Comissão Nacional Pró-CUT, eleita na Conclat, discutiu essa proposta e resolveu manter a data considerando que não havia motivo algum para não realizar o Congresso, escolhendo os dias 27, 28 e 29 de agosto (...)

3. No dia 10/5, a executiva da Comissão Nacional Pró-CUT, resolveu retomar essa discussão e encaminhou uma consulta a todos os estados que deveria ser respondida pelos Enclats ou pelas Comissões Intersindicais, dando o prazo até 5/7.

4. No dia 5/7 a Comissão Pró-CUT fez um balanço dos resultados da consulta aos Enclats sobre a realização do Conclat. Somente dois Estados foram contra a realização do Conclat em 1982. Os demais Estados que realizaram os Enclats foram favoráveis à realização do Conclat na data prevista (agosto/82). Diante desses resultados a Comissão Pró-CUT reafirmou a realização do Conclat em 82 na data marcada.

5. No dia 17/7, a partir de um documento apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura — Contag, aprovado pelo seu Conselho de Representantes de Federações e, a pedido de diversos integrantes da Comissão que não concordavam com a realização do Conclat este ano, foi feita uma nova discussão e votação, desrespeitando todas as decisões anteriores (da Conclat, dos Enclats e da própria Pró-CUT). O resultado foi o cancelamento do Conclat. Em seguida a Comissão Nacional marcou uma reunião para os dias 11 e 12 de setembro, com a participação das Confederações e mais três representantes das intersindicais de

cada estado, sugerindo que alguns desses três fossem representantes de Federações.

6. No dia seguinte, 18/7, o Enclat do Rio Grande do Sul, rejeitando essa deliberação, resolveu manter as decisões da Conferência da Praia Grande e decidiu convidar a Comissão Nacional e as Comissões Intersindicais para rediscutir o cancelamento do Congresso (...)

...Outros estados, como Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo, convocaram uma reunião a nível nacional para retomar a discussão da realização do Conclat. São Paulo também resolveu participar dessa reunião que foi realizada em São Paulo, nos dias 28 e 29 de agosto.

7. Nos dias 28 e 29 de agosto realizou-se no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, uma reunião nacional de intersindicais. Estiveram oficialmente presentes a maior parte das intersindicais eleitas em Enclats em 82, 16 membros da Comissão Nacional Pró-CUT e vários observadores

Pró-CUT, passando por cima, desta forma, do critério de ser eleito pela base. Os demais membros da Pró-CUT se auto-indicaram prorrogando o seu mandato até 29 de novembro/82.

d) As Confederações e Entidades de nível nacional foram colocadas como participantes da Pró-CUT não necessitando os seus representantes serem eleitos pela base.

e) Foi resolvido renovar a Comissão Nacional Pró-CUT como uma composição numérica desfavorável aos Estados que têm um movimento sindical mais atuante e mais forte tanto na cidade como no campo. Além disso foram incluídas na Pró-CUT as confederações e as entidades a nível nacional.

f) A data do Conclat não foi tirada. Apenas ficou como indicativa a data de agosto de 1983. Foi marcada uma nova reunião para o dia 27 e 28 de novembro

democráticos; c) colocam o referencial prioritariamente nas entidades e não no movimento tanto da cidade como do campo; d) querem encaixar totalmente dentro da atual estrutura sindical o processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), subordinando assim o movimento ao controle das federações e confederações; e) têm a concepção de que o movimento sindical deve ser correia de transmissão de partidos políticos e impedem a luta pela sua autonomia; f) defendem os pactos sociais e as alianças com a burguesia impedindo o avanço da luta pela independência de classe do movimento dos trabalhadores.

Constatamos que existe hoje uma divisão do movimento sindical entre os militantes. Sabemos que não se trata de uma divisão nas bases do movimento dos trabalhadores, mas entre dirigentes de entidades que se reclamam representantes desse movimento. Sabemos ainda que não se trata de uma divisão motivada por questões partidárias. A divisão está, sim, entre os que querem manter a atual estrutura sindical e os que estão dispostos a lutar contra a estrutura sindical, contra o controle dos trabalhadores pelo mecanismo desta velha estrutura que já dura 40 anos.

Finalmente, companheiros, entendemos que a UNIDADE DOS TRABALHADORES será construída, não a partir do reforçamento da estrutura sindical vigente, mas a VERDADEIRA UNIDADE DOS TRABALHADORES será construída a partir dos TRABALHADORES, de suas FORMAS DEMOCRÁTICAS de conduzir as lutas e de suas ORGANIZAÇÕES LIVRES E AUTÔNOMAS.

Proposta

Uma reunião nacional ampliada das intersindicais (ou comissões estaduais Pró-CUT) eleitas em Enclats em 1982, para: a) avaliar a situação atual do movimento; b) encaminhar a realização do Conclat, avançando nos passos necessários à construção da CUT; c) definir medidas concretas para que o movimento sindical possa enfrentar de modo unificado os novos ataques contra os trabalhadores, no plano econômico e político, por parte dos patrões e do governo.

A — DATA DA REUNIÃO: 4 e 5 DE DEZEMBRO DE 1982

B — LOCAL: SÃO PAULO

C — CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

1. Todos os membros das comissões intersindicais ou Pró-CUT Estaduais eleitas em Enclats em 1982.

2. Delegados eleitos em plenárias intersindicais estaduais ou Enclats na proporção de 10% do número total de delegados participantes no Enclat realizado.

3. Todos os membros da ex-comissão nacional Pró-CUT.

OBSERVAÇÃO: a) Estas plenárias são reuniões com delegados de base escolhidos em assembleias das entidades ou das categorias; b) Caso as intersindicais se neguem a convocar a plenária, esta deverá ser convocada pelo conjunto de entidades e categorias que aderiram à presente convocação; c) Caso as entidades sindicais e profissionais se neguem a realizar assembleia para escolha de delegados, esta assembleia poderá ser convocada pelas respectivas categorias.

BRASÍLIA, 12 de setembro de 1982. SEGUEM AS ASSINATURAS das intersindicais de S. Paulo, Paraná, Goiás e Pará; de 9 membros ex-comissão nacional Pró-CUT e 9 membros de Comissões Intersindicais Estaduais.



totalizando 88 participantes de 15 Estados.

Os delegados presentes nesta reunião, que teve caráter deliberativo para as intersindicais oficialmente representadas, resolveram participar da reunião de 11 e 12 de setembro, em Brasília, ampliando, no entanto, de 3 para até 10 a participação de cada intersindical estadual e não admitindo o direito de voto para as confederações que não foram eleitas na Conclat ou nos Enclats. Os delegados presentes resolveram ainda, não votar data para a realização do Conclat transferindo esta decisão para a reunião de 11 e 12 em Brasília.

8. No dia 11 e 12 de setembro, na Contag, em Brasília registraram-se acontecimentos muito sérios para o movimento sindical brasileiro:

a) Delegações importantes (algumas inteiras e outras em parte) tanto da cidade como do campo foram impedidas de participar da reunião da Pró-CUT não restando outra solução senão se retirar. As delegações que foram impedidas de participar: São Paulo, Pará, Goiás, Paraná, R.G. Sul, Ceará e Amazonas, somando mais de 30 delegados.

b) Vários companheiros da Pró-CUT (9) da cidade e do campo se retiraram colocando o seu cargo à disposição dos trabalhadores, uma vez que já terminara o seu mandato no final de agosto, não querendo, portanto, permanecer como delegados biônicos.

c) O presidente da Contag, José Francisco da Silva, foi colocado como membro nato da Comissão Nacional

para, outra vez, discutir o encaminhamento do Conclat.

A unidade dos trabalhadores que queremos

(...) Entendemos que a verdadeira unidade do movimento só pode se dar a partir das lutas concretas travadas pelos trabalhadores (...)

Com base no respeito à prática democrática. Estamos dispostos e nos propomos, assim como o fizemos até esse momento, a lutar pela construção dessa verdadeira unidade privilegiando:

— a organização e a luta dos trabalhadores da cidade e do campo, a partir dos seus locais de trabalho e a unificação das organizações e lutas dos trabalhadores e nível local, regional e nacional.

Não aceitamos que a participação das diretorias de entidades, reconhecidas pela atual estrutura sindical, se dê em detrimento da participação das bases democraticamente eleitas nas assembleias das categorias e em encontros intersindicais. Não aceitamos e nos propomos a combater a prática de todos aqueles que:

a) não obedecem as decisões democráticas dos encontros de trabalhadores a nível Estadual e Nacional (por exemplo: Conclat, Enclats); b) impedem a participação das bases, formulando para os encontros critérios restritos e anti-

Os metalúrgicos de São Paulo estão em campanha salarial. Vale dizer, as metalúrgicas de São Paulo também estão. Será que estão mesmo? Apesar da participação decisiva das mulheres nas últimas greves como da Gradiente ou da Monark; apesar de nestes momentos terem aflorado muitas de suas reivindicações específicas, a pauta distribuída pelo sindicato para a categoria fala muito pouco delas. Num único item, "Os direitos da mulher trabalhadora", o sindicato afirma que "a maioria dos problemas que prejudica as mulheres que trabalham são iguais ao de todos os trabalhadores" e propõe a luta pela licença-maternidade de 180 dias. Como se já não houvesse toda uma história de participação das mulheres metalúrgicas em São Paulo. Como se elas já não fossem hoje,

segundo amostragem do próprio sindicato, cerca de 30% da categoria. E como se quase 13% das metalúrgicas não fossem sindicalizadas no estado. Concentradas nas indústrias elétricas de pequeno e médio porte, as operárias somam hoje 42 mil, somente nos ramos das indústrias mecânicas, elétricas e de material de transporte. Mas nada disso conta para o sindicato. Aqui, Elisabeth Souza-Lobo, participante de um grupo de sociólogos que vem pesquisando sobre as mulheres metalúrgicas em São Bernardo, conta o que tem ouvido nas suas entrevistas nas portas de fábrica e mostra porque nenhuma prática cupulista consegue ampliar a participação das mulheres. Enfim, ela mostra que, se a classe é uma só, ser operário ou operária implica em vivências diferenciadas, lembrando que em São Bernardo ou na Capital

A classe operária tem dois sexos

Entrevista a Marília Carvalho

— Você podia começar falando um pouco sobre a pesquisa.

Beth: Bem, nós — a Leda Gitahy, a Helena Hirata, eu, a Rosa Moisés e o John Humphrey — trabalhamos em torno à relação entre a radicalização do movimento operário e um possível aumento da participação das mulheres. Numa primeira etapa, trabalhamos com dados quantitativos sobre o crescimento da população economicamente ativa. Aí, vimos que há um aumento da participação das mulheres na indústria em geral e especificamente naquelas que têm um peso importante do ponto de vista econômico, como a indústria metalúrgica e a química. Um crescimento não só nos setores tradicionalmente femininos, como têxteis ou fumo, mas aqueles setores que tiveram um peso decisivo no "milagre brasileiro" e que têm um papel chave no movimento operário hoje.

— Nesta pesquisa, vocês tem ido às portas de fábrica em São Bernardo, para entrevistar as operárias, não? E que reivindicações mais aparecem nestas entrevistas?

Beth: Aparecem muito as questões ligadas à disciplina na fábrica. A dominação em relação às mulheres se aproveita da sua situação de sexo. São as limitações das idas ao banheiro, dos tempos de cafezinho e de descanso. Sempre que a seção é só de mulheres, as chefias são mais duras. E tem as cantadas. A utilização da cantada é muito maior e mais violenta do que se pode pensar. Enfim, tem toda uma disciplina só para a mulher. Numa das fábricas em que estivemos, por exemplo, as mulheres não podiam colocar o pulôver em cima do avental, enquanto os homens podiam.

Poucas vezes a questão da creche é levantada pelas mulheres, embora presente nas reivindicações sindicais. Não que elas não sintam uma enorme dificuldade em articular sua vida doméstica e a vida na fábrica, os papéis de mãe, dona-de-casa e de operária. É que as alternativas que elas enxergam são individuais. Elas traduzem sua dificuldade mais em termos de queixas que em termos de alternativas coletivas como as creches.

Um problema que elas têm claro é o da profissionalização. Elas recebem menos, não porque sejam menos qualificadas — o que geralmente é o pretexto. É que na carteira elas ficam sempre como ajudantes, mesmo fazendo tarefas qualificadas. Não aparece muito a questão da equiparação salarial — salário igual para trabalho igual — pelo menos em São Bernardo, onde a mobilização pós-78 obrigou os patrões a "esconderem" a diferença salarial atrás deste recurso da desqualificação profissional.

Uma outra crítica que está muito clara na cabeça delas é ao processo de trabalho, o problema da monotonia. No discurso das chefias aparece muito o fato das mulheres serem mais aptas aos trabalhos



"Dentro da fábrica é como numa prisão. Uma coisa desesperadora."

monótonos, minuciosos e repetitivos. Elas já estariam treinadas para isso pelo trabalho doméstico. O problema da monotonia não é só das mulheres, mas não há uma preocupação com a rotatividade de funções e outros recursos para amenizar a monotonia para elas como há para os homens.

Uma outra questão que aparece abertamente na fala dos gerentes de relações industriais é o uso de critérios para admissão em relação à mulher ser casada ou solteira, critérios de idade e até de beleza. As metalúrgicas acentuam muito que, na hora da admissão ou da ascensão dentro da fábrica, as mais bonitas são privilegiadas.

— Nós poderíamos falar, então, de um conjunto de fábricas onde predominam mulheres, caracterizadas por um regime de superexploração?

Beth: A minha impressão é que isso é real. Isto se expressa até no discurso dos homens que trabalham nestas fábricas de maioria feminina. Eles dizem que lá há menos mobilização e mais dominação, há coisas que dificilmente passariam numa fábrica mais mobilizada. Fui numa, em São Bernardo, onde as operárias não tinham onde ficar na hora do almoço, tinham que ficar na rua. Todos os espaços coletivos tinham sido abolidos, para evitar que elas se reunissem. Em algumas fábricas, o depoimento das mulheres é de que se sentiam como numa prisão, uma coisa desesperadora: sem horário de cafezinho, tinham diminuído o horário do almoço e elas nem podiam sair do lugar. Tinham que almoçar na máquina.

— Que explicação você dá para essa super-disciplina que se exige das operárias?

Beth: Na medida em que a participação delas é menor, elas recorrem menos ao sindicato, têm menor consciência, menos

informação sobre seus direitos, sobre as alternativas possíveis. Elas são mais indefesas.

— É como explicar a participação sindical menor?

Beth: Um primeiro problema é a disponibilidade de tempo para uma participação, por causa da dupla jornada de trabalho, em casa e na fábrica. E tem um outro problema na luta delas, que facilita a perpetuar essa arbitrariedade. É a dificuldade de acumular uma memória. Essa não é uma questão apenas subjetiva. A falta de memória é facilitada porque as mulheres são descontínuas no trabalho. Em São Bernardo, por exemplo, a maioria das mulheres que participaram do Congresso da Mulher Metalúrgica, não estão mais nas fábricas. É claro que muitas foram mandadas embora, exatamente pela sua participação sindical, mas

a grande parte saiu porque se casou, por causa dos filhos. Assim, há uma enorme perda de lideranças. É claro que houve um avanço. Qualquer ponto que hoje entra nas plataformas salariais, seja creche, seja licença maternidade, é uma conquista. Houve um ascenso na luta das operárias desde a histórica greve da De Millus, no Rio, em 1978. Há uma sindicalização crescente das mulheres a nível de Brasil. Mas novos espaços não estão sendo criados para a sua participação. Em São Paulo, por exemplo três categorias fizeram congressos: as mulheres químicas, as têxteis e as metalúrgicas. Fora as químicas, que hoje participam da nova diretoria que derrubou os pelegos, o que restou destes congressos? Porque não são feitos novos congressos? Porque nas pautas de reivindicações aparecem tão pouco as reivindicações das mulheres, como agora, na campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo?

Tem um problema que precisa ser enfrentado: a prática na fábrica, o espaço da fábrica é fundamental para a articulação da luta das mulheres. Neste sentido, todas as tentativas centralizadas, que não se apoiam na prática cotidiana das operárias, falham. O sindicalismo autêntico, trazendo a prática da democracia sindical, da organização de base, é que tem apontado soluções para isso. Porque o sindicato pelego vai tentar resolver as questões das mulheres por cima, criando estruturas artificiais, onde pessoas falam em nome das operárias. Mas é no momento em que se colocam as questões da fábrica, que aparece a dominação sobre a mulher, aquela super-disciplina cotidiana de que falávamos.

Os congressos foram importantes porque levantaram qual é a prática das mulheres, foram uma descoberta. Mas sua descontinuidade nos leva a ver que a organização começa na fábrica.

Desigualdade, que desigualdade?

Para quem não acreditava ainda na discriminação salarial das mulheres, tá aí. A tabela mostra os salários de homens e mulheres em nove empresas de material elétrico em Osasco, março de 1981.

| Empresa | Total de empregados | Salário Médio | | Quanto as mulheres ganham menos que os homens | |
|----------------|---------------------|---------------|--------------|---|------|
| | | Homens | Mulheres | | |
| Toko do Brasil | 1.190 | 108 | 1.082 | 25.406,39 / 9.876,77 | 61,1 |
| Bracel | 305 | 248 | 57 | 16.966,81 / 11.181,58 | 34,0 |
| Semikron | 697 | 270 | 427 | 27.686,67 / 11.512,97 | 58,4 |
| Meridional | 503 | 424 | 79 | 15.547,50 / 12.538,86 | 19,3 |
| Osram | 1.122 | 619 | 503 | 39.384,52 / 18.416,18 | 53,1 |
| Same | 1.031 | 556 | 475 | 28.033,33 / 13.009,77 | 53,6 |
| Schrack | 436 | 170 | 266 | 30.836,47 / 13.171,24 | 57,3 |
| Lonaflex | 787 | 653 | 134 | 17.771,90 / 15.649,25 | 13,0 |
| Lucas Cav | 1.357 | 972 | 385 | 29.966,11 / 17.213,14 | 42,5 |
| Total | 7.428 | 4.020 | 3.408 | 25.733,30 / 13.598,86 | |

Fonte: DIESAT

Vicente Nica

Dando a vida pela terra

Vicente Gonçalves Afonso, o Vicente Nica, é posseiro e líder dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Membro da executiva estadual do PT, candidato a deputado federal nestas eleições e ameaçado de morte pelos grileiros, Vicente dá o troco: é melhor morrer de atrevido do que de esmorecido".

Por Hamilton Bueno

— Vicente, você podia contar um pouco de sua vida?

Vicente — Meu caso é o seguinte: fui criado na zona rural, toda vida, trabalhando de meia juntamente com o velho meu pai, prá sustentar os irmãos. Aos 19 anos me casei. Sempre na mesma luta, explorado, sofrendo muito, porque a minha região é um lugar que a mão de obra não tinha valor, não tinha e não tem. Eu trabalhava na região na época do plantio da lavoura e depois, a gente saía prá ganhar algum dinheiro aqui em Belo Horizonte, em São Paulo, no Espírito Santo. E quando dava o mês de setembro a gente voltava e ia cuidar da lavoura. Isto ainda acontece muito na região: a maioria do povo quando dá mês de janeiro segue aí prá essas usinas açucareiras em São Paulo e aqui em Minas.

— E como foi sua vida então?

Vicente — Aí aos 30 anos eu mudei da região onde eu fui criado. Entrei para uma posse junto de 54 famílias, onde a gente vem lutando junto com esses posseiros. A partir de 1978, surgiram as ameaças de despejo dos trabalhadores em diversas regiões do vale do Jequitinhonha.

— Como você se tornou líder dos trabalhadores rurais?

Vicente — Dentro do vale do Jequitinhonha está uma polêmica muito grande, de desapropriação de posseiros. Um grande conflito é o de São Miguel, Mato Grosso e Mato Grande. Este conflito já vem de antes de 1930. Existiam alguns coronéis na região que há muito tempo vinham expulsando o povo. Eu entrei ali em 63 e já com o intuito de lutar com os trabalhadores, porque eles sofriam demais. Muitos trabalhadores pagando um terço do que produzia pros tubarões, mesmo sendo dono da terra. Outros pagavam dois dias de trabalho por semana por um arrendo de acordo, tinham que comer comida de dois ou três dias de pronta, azeda, que nem mesmo os cachorros queriam. Mas a sobra sempre voltava no outro dia. Enquanto não acabasse, voltava. Quando alguém adoecia, chegava um cacique que havia lá, o sr. Francisco França, e falava que hospital de pobre era no Jatobazeiro, aliás no cemitério. Eu comecei a resistir sozinho, o povo ainda não acreditava em mim. Comecei a resistir e falar com os companheiros que quem sugava o suor deles não era dono da terra. Mas daí a dois, três anos ninguém mais pagou condição: nem o um terço, nem os dois dias por semana...

Eu falo sem vergonha nenhuma: eu era um matuto de coragem, mas não tinha instrução

— Vicente, até que ponto os trabalhadores podem se apoiar nas leis que existem como a do usocapião?

Vicente — Nossa luta já chegou ao nível da gente não acreditar nas leis que estão aí. Porque desde 64 que foi criado o art. 4504, e foi isto que gerou o grande desemprego, as grandes favelas, não só dos grandes centros, mas também das pequenas cidades do interior. Eu tenho o exemplo da cidade de Turmalina, cidade com 20 e poucos mil habitantes, e já existe uma grande favela em Turmalina. Por que? Chegaram as grandes empresas, prometendo mundos e fundos. E conseguiu ludibriar os trabalhadores e jogar eles prá cidade. Hoje, a situação do trabalhador se tornou pior, porque aquelas empresas passaram a dar grandes jornadas de trabalho para o operário, e cada dia aumenta

mais aquela tarefa e dispensa mais trabalhadores. Depois de 64 não tem fazendeiro que aceita mais que os trabalhadores morassem nas terras. Hoje, existe um grande número de bóias-fria, que tem que morar nas favelas e trabalhar nas roças, quando acham serviço, porque com a criação do art. 4504, os fazendeiros não deixam mais ninguém entrar nas suas terras. O governo só cria os artigos e os parágrafos, mas não dá segurança. Só diz assim: você tem este direito, e o trabalhador escuta aquilo e vai querer resistir, mas chega ali os jagunços, pistoleiros, matam posseiro, expulsam, requerem a ação de despejo, despejam, e todos estes crimes ficam impunes.

Mas agora tem um artigo, que não sei o número, que se chama usocapião, para acabar de arrasar com a vida do trabalhador rural. Porque agora ninguém mais vai ficar na zona rural, porque fazendeiro nenhum vai

Diamantina, com hora marcada para o despejo. Se nós não reunimos o Sindicato, não organizamos atos públicos com mais de 2.000 trabalhadores rurais em protesto... Até o juiz da cidade, Dr. Alvanato de Almeida, que quem tiver na comarca dele e tiver um pequeno pedaço de terra, tenha cuidado, porque ele prá dá direito prá quem não tem é especializado... Ele ordenou este despejo para pessoas que têm o registro da terra e pagam impostos.

— E como continuou este caso?

Vicente — Aí as grandes empresas, entre elas a Suzano, fizeram pressão com os grileiros, dizendo que se eles expulsassem os posseiros, que daria 1 bi e meio na área. E aí começaram a surgir as ameaças, dizendo que tinha de sair todo mundo, e o Vicente Gonçalves Afonso, que é o Nica, que é o líder da comunidade, teria de sair de qualquer manei-



ra. Aí, eu comecei a procurar as providências. O sr. Geraldino mais José Cordeiro disse que não adiantava, porque todas as autoridades estariam compradas por eles. Eu vim para Belo Horizonte, falei com o corregedor de justiça que me deu as dicas todas de como a gente deveria lutar em defesa da posse da terra. E eu fui prá imprensa e prá televisão. Eu dei entrevista para os jornais, foi nesta base de agosto, só saiu no dia 15 de novembro. Eu falo sem vergonha nenhuma, eu era um matuto de coragem, mas não tinha instrução. A primeira entrevista que eu dei na televisão

— Você tem provas disto?

Vicente — Eu falo e posso provar. Se alguém quiser ver se é verdade, desça ali no município de Turmalina, na comunidade de Mato Grande, e procura João Gomes de Oliveira, vulgo João Teixeira, que é dono de uma pequena área de terra, tem registro de imóvel, paga imposto, tudo no jeito. E os grileiros Geraldino Luís Antunes e José Cordeiro de Castro, que são dois testa-de-ferro das grandes empresas, já mandou ação de despejo para João Gomes, sem que eles tenham nenhum registro da área. Falo e provo. Tenho duas certidões negativas do Cartório de Registro de Imóveis que os dois não têm sequer 1 m² de terra registrada na região de São Miguel, Mato Grosso e Mato Grande.

Mas eles dizem dono, porque têm uma escritura fajuta e mandou ação de despejo contra seis famílias. Foi até requerido o Batalhão de



foi com lágrima, sofri uma pressão tão grande, achava que estava falando para todo o Brasil. Então, é aí que eu senti a grande necessidade de entrar mesmo na luta. Criamos um sindicato em Turmalina, com 1060 sócios. E temos um sindicato autêntico. Então, já agora, as ameaças se tornaram diferentes, porque nós ganhamos a causa aqui no Tribunal. Mas eles partiram prá ameaças de pistoleiro, dizendo que iam matar os posseiros, inclusive o líder da comunidade, o Vicente Nica, a proposta é de cortar a cabeça e queimar o corpo. Mas isto não me amedronta.

A proposta dos pistoleiros é cortar a minha cabeça e queimar o corpo.

— Como você entrou para o PT?

Vicente — Entrei para o PT porque a gente vinha na luta. A gente sabia, discutia, que a gente tinha que ter um partido político. O nosso partido se chama PT, porque é o Partido dos Trabalhadores. Desde os 17 anos que a gente vem acompanhando estes eternos políticos, estes eternos partidos, que eles até aumentaram a minha idade para que eu votasse, porque eu sou de 1933, eles puseram de 32. Então em 1950 eu comecei a votar. Todos os outros partidos, todos os que hoje existem, todos os que já existiram, apenas fizeram reformas, e eu não concordo com certas reformas. Eu penso na minha vida. Em vez da gente comprar um objeto reformado, é melhor dar uns pulos diferentes, fazer mais esforço e pegar uma coisa nova. Assim como o PT. O PT é aquilo que os trabalhadores quiseram que ele seja. Então porisso eu acho que o PT é o único partido que vai solucionar os problemas da classe marginalizada e esmagada que está aí. Porque os trabalhadores já estão dispostos, muitos deles já decidiram em muitas comunidades, em muitos sindicatos, que é melhor morrer de atrevido que de esmorecido.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 Fone: 852-8880 - CGC: 46.093.589-0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.



Produção Gráfica:
CIA. EDITORA JORJES
Fotocomposição, Fotolito e Impressão
Rua Artur de Azevedo, 1977
Fones: 212-5061 • 814-4046 • 813-7031

34.º Congresso da UNE: este pode ser O Congresso da virada

O 34.º Congresso da União Nacional dos Estudantes seguramente não será nenhuma panacéia que resolverá todos os males do movimento estudantil. Segundo os informes disponíveis, sua preparação foi bastante fraca em termos de discussão política. Mas, mesmo que tivesse ocorrido o contrário, seria muito difícil um Congresso reverter todo o quadro de crise em que o movimento se encontra.

As tarefas do Congresso

Se isso é verdade, também é certo que os estudantes estão diante de uma oportunidade ímpar de iniciar a reorganização de sua entidade. Assim, a principal tarefa que esse Congresso tem para cumprir é armar o movimento estudantil com um programa, um plano de ação e uma nova direção que torne capaz de lutar pelo ensino público e gratuito, ao lado dos trabalhadores e da comunidade universitária, colocando em primeiro plano a mobilização dos estudantes e não caindo no erro de tentar conchavar com os donos de escolas ou reitorias "progressistas" para tentar "isolar o MEC" pois quem sempre acaba isolado (e derrotado) é o movimento. Um programa, um plano de ação e uma direção que façam o movimento participar ativamente das eleições de novembro, aproveitando o espaço existente para a politização e organização dos estudantes, sem transformar a entidade em porta voz desse ou daquele partido e sem cair no erro de apoiar todos aqueles que se auto-proclamam "de oposição". Uma nova direção que inicie a ampliação do movimento no campo da cultura, da arte, da ecologia e das questões que afetam a juventude. E que, além disso, organize um amplo processo de eleições em urna no próximo semestre, como forma de aproximar a entidade dos estudantes e

O 34.º Congresso da UNE seguramente não resolverá todos os problemas do movimento estudantil, mas poderá dar passos importantes nessa direção. Daí a importância do bloco de oposição discutir, democraticamente, um programa, um plano de ação e uma chapa para, ganhando ou perdendo as votações, trabalhar unificadamente na reorganização do movimento.

Por Ronaldo Zulke e Beto Rodrigues (*)



No congresso de Piracicaba, a esperança dos estudantes

ganhar a legitimidade necessária para sua reorganização.

A reunião do PT

É nesse quadro que se insere a Reunião Aberta dos Estudantes Petistas presentes ao Congresso, marcada por diversas lideranças estudantis e embora não assumida oficialmente, validada pelo diretório nacional do partido, que designou um de seus membros, Luiz

Eduardo Greenhalgh, para acompanhá-la.

Essa reunião é muito importante no sentido de socializar as informações de como o partido vem se organizando dentro da universidade e do movimento estudantil. Além de socializar as informações, é importante que a reunião proponha ao diretório nacional a realização de um Encontro Nacional dos Estudantes Petistas a ser realizado no

semestre que vem, nos moldes do encontro dos sindicalistas, para avançar no programa e na forma de atuação do partido dentro do movimento estudantil.

Além disso, é necessário discutir as propostas dos estudantes petistas para o Congresso, principalmente no tocante à participação dos estudantes nas eleições de novembro, devido à existência da proposta do grupo Alicerce (ligado aos apoiadores do jornal *Convergência Socialista*) de que a UNE recomende o voto no PT durante essas eleições. Essa proposta restringiria a representatividade da UNE, composta por estudantes de diversas opções partidárias.

O PT e o bloco de oposição

Mas, a principal tarefa dessa reunião do PT é impulsionar a unificação de todos os delegados que se colocam numa perspectiva de oposição à política de conciliação que a diretoria da UNE vem levando, ou seja, a unificação do bloco de oposição. Essa é a principal tarefa, pois uma coisa é clara: ou o bloco de oposição — que é mais amplo que o PT, englobando setores do PMDB como a corrente Resistência do Rio Grande do Sul e os inúmeros estudantes sem partido — discute as tarefas do Congresso, não na base dos conchavos, mas democrática e abertamente, para, ganhando ou perdendo as votações, trabalhar unificado na reorganização do movimento, ou este continuará na atual situação. Daí a importância de todos os delegados que se colocam nessa perspectiva realizarem uma **Convenção** para se discutir o programa, o plano de ação e a chapa a ser apresentada ao Congresso. Daí a importância dos petistas trabalharem resolutamente nessa direção.

(*) Ronaldo é vice-presidente e Beto é secretário da UEE RS; ambos são militantes do PT.

Dois Congressos e uma farsa

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, apesar das dificuldades, as UEEs realizaram seus Congressos. No Rio, entretanto, o que houve foi uma verdadeira farsa.

No Rio Grande do Sul, o Congresso não foi nenhuma maravilha, como já era esperado (veja o EI n.º 158), ficando num plano algo inferior às demais realizações da atual gestão. A preparação nas escolas foi apenas razoável, pois se em algumas delas houve boas discussões, isso não ocorreu no estado como um todo. O movimento estudantil gaúcho reflete, assim, as dificuldades e deficiências que ocorrem a nível nacional.

Os 240 delegados credenciados não cumpriram toda a pauta, ficando a discussão restrita às lutas educacionais e à estruturação da entidade. Foi decidido que haverá eleições em urnas para a próxima diretoria da UEE RS e lançado em desafio às correntes políticas que hoje integram o DEE RS para que delas participem, se submetendo a seus resultados. O Congresso decidiu, também, delegar poderes à diretoria da UEE para esta deflagrar um processo de retomada de sua sede, combinando a mobilização dos estudantes com uma ação judicial. Na questão das reivindicações dos estudantes das escolas pagas, tradicionalmente polêmica dentro do movimento, foram aprovadas duas palavras-de-ordem centrais: **contra os aumentos das anuidades** e pela **federalização das escolas pagas**, sendo que a primeira delas é bastante dúbia: contra os aumentos, todo mundo é, mas o que fazer perante eles? Exigir nenhum aumento? Negociar os índices com as mantenedoras?

São Paulo

Em São Paulo, a preparação do Congresso foi bastante fraca, com um mínimo de discussão nas escolas. Os 530 delegados credenciados discutiram as eleições de

novembro, as lutas educacionais e elegeram a nova diretoria da UEE. No tocante às eleições, foi decidido que a entidade deve recomendar o voto nas oposições, contra o PDS. Quanto às escolas pagas, foi decidido que a UEE tentará o **rebaixamento dos aumentos** através de negociações com as mantenedoras e exigirá **subsídios** do governo para essas escolas. Grosso modo, essas deliberações refletem a política de conciliação das correntes que compõem a diretoria da UNE e que tinham pequena maioria de delegados no Congresso. Será que todos os que auto-proclamam opositoristas fazem de fato oposição à ditadura militar? Que garantia se tem que os subsídios serão usados pelas mantenedoras para melhorar o nível do ensino nas escolas? Será que todos os que se auto-proclamam vão continuar causando a evasão? Será que a melhor forma de combatê-los é negociando isoladamente com cada reitoria?

Na hora da eleição da nova diretoria é que os diferentes métodos de ação dos adeptos da diretoria da UNE e do bloco de oposição ficaram mais claros. Enquanto que a chapa do bloco de oposição foi formada aberta e democraticamente, numa **Convenção** de todos os delegados que se colocavam nessa perspectiva (que, inclusive, indicou esse método para a chapa a ser formada no Congresso da UNE), a

das correntes que compõem a diretoria da UNE o foi numa sequência interminável de conchavos, claques e tumultos, num claro desrespeito à plenária.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o Congresso foi uma verdadeira farsa. A maioria dos 200 delegados foram "eleitos" através de urnas volantes, abaixo-assinados e assembleias relâmpagos. O Jornal da UEE, que deveria subsidiar as discussões preparatórias era um verdadeiro rascunho do **Hora do Povo** chegando a estampar uma propaganda de um candidato chaguista conhecido dos estudantes por ter financiado uma chapa facista na Universidade Candido Mendes.

Na plenária, como na preparação, democracia foi coisa que não existiu, com a mesa chegando a cassar a palavra de pessoas que pretendiam retirar seus nomes de chapas e levando à votação uma delas, que tentava se retirar por inteiro.

Enfim, um Congresso sem nenhuma representatividade, totalmente aparelhado pelos fãs do **Hora do Povo** e seus acessórios no Rio, os simpatizantes da **Tribuna Operária** e **Voz da Unidade**. Um Congresso em que os

delegados fantasmas se tornaram os diretores fantasmas, para desprazer dos estudantes cariocas.

Devido a graves erros, o bloco de oposição não conseguiu maior expressão política. Um deles foi da parte do grupo Alicerce, que, aproveitando-se de uma maioria circunstancial, impôs a presidência da chapa de oposição, fato que restringiu a participação de uma série de pessoas independentes. Outro, foi da tendência Caminhando que, além de não participar da reunião da oposição, ainda apresentou uma chapa formada não se sabe a partir de que processo e que tentava compor parte das correntes da diretoria da UNE com partes da oposição. Evidentemente que todas as correntes se retiraram da chapa, excessão da própria Caminhando e dos simpatizantes do "Cavaleiro da Esperança", demonstrando que esse não é o caminho para a construção de uma alternativa para o movimento.

Adiado o Cio da Terra

Devido ao adiamento do 34.º Congresso da UNE para a data do 1.º Encontro da Juventude Gaúcha, o "Cio da Terra", foi deliberado, durante o 4.º Congresso da UEE RS, seu adiamento para 29 e 30 de outubro e 1.º de novembro, mantendo-se o local e a programação.